

PLATAFORMA ELEITORAL

CABO VERDE, SEMPRE

NOVOS HORIZONTES

ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS
2016

PAICV



■ ÍNDICE

1. NA LINHA DE AMILCAR CABRAL UM PARTIDO PATRIÓTICO, DE VALORES E PRINCÍPIOS	08
2. O PAICV COMO PROTAGONISTA DA TRANSFORMAÇÃO DE CABO VERDE RUMO A UM PAÍS DESENVOLVIDO	10
3. VENCER OS DESAFIOS CONTINUAR A TRANSFORMAR CABO VERDE	22
4. O NOSSO COMPROMISSO COM CABO VERDE E POR CABO VERDE, SEMPRE	24
4.1. TRANSFORMAR CABO VERDE NUMA TERRA DE PROSPERIDADE, PAZ E SEGURANÇA	25
4.2. RESPONDENDO AOS NOVOS DESAFIOS	26
4.3. UM TEMPO NOVO PARA CONSTRUIR: UMA VISÃO DE FUTURO	27
5. CONSTRUIR NOVOS HORIZONTES DE ESPERANÇAS E CERTEZAS	28
5.1. UMA NOVA AGENDA ECONÓMICA	29
5.1.1. CONSOLIDAÇÃO DOS SECTORES ESTRATÉGICOS	31
5.1.1.1. TURISMO: CABO VERDE COMO DESTINO DE REFERÊNCIA	31
5.1.1.2. ECONOMIA DO MAR: UM MAR DE OPORTUNIDADES	32
5.1.1.3. AGRONEGÓCIO: EMPRESARIALIZAÇÃO DO SECTOR	35
5.1.1.4. ENERGIAS RENOVÁVEIS: MATERIALIZAR O POTENCIAL DO MERCADO DA CEDEAO	36
5.1.1.5. CULTURA: NOSSA IDENTIDADE	36
5.1.1.6. AERO-NEGÓCIOS: HUB DO ATLÂNTICO	37
5.1.1.7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC): UM POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	38
5.1.1.8. SECTOR FINANCEIRO: IMPULSIONADOR DE DESENVOLVIMENTO	39
5.1.2. EDIFICAR UMA ECONOMIA LIDERADA PELO SECTOR PRIVADO	39
5.1.2.1. SECTOR PRIVADO COMO MOTOR DE ECONOMIA	40
5.1.2.2. UMA ECONOMIA IMPULSIONADA PELA PRODUTIVIDADE, EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO	41



5.1.2.3. FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	42
5.1.3. MELHORIA DE AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DA REGULAÇÃO ECONÓMICA	43
5.1.3.1. PROMOVER UM AMBIENTE FISCAL AMIGO DO CONTRIBUINTE E ORIENTADO PARA O DESENVOLVIMENTO	44
5.1.3.2. GARANTIR A REGULAÇÃO ECONÓMICA, PARA MAIS COMPETITIVIDADE	45
5.2. REFORMA DO ESTADO E BOA GOVERNAÇÃO	46
5.2.1. BOA GOVERNAÇÃO: UM ATIVO IMPORTANTE DA NAÇÃO	46
5.2.2. UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODERNA, EFICIENTE E EFECTIVA	47
5.2.3. QUALIFICAR A GOVERNAÇÃO TERRITORIAL: REDUZIR O CUSTO DO ESTADO E MELHORAR A SUA EFICIÊNCIA	48
5.2.4. GOVERNAÇÃO LOCAL: DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS	49
5.2.5. QUALIFICAR A DEMOCRACIA	49
5.3. MELHOR JUSTIÇA, MAIS SEGURANÇA	50
5.3.1. JUSTIÇA CÉLERE, JUSTA, AO SERVIÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO	51
5.3.2. SEGURANÇA: GARANTIA DE LIBERDADE	51
5.4. DIPLOMACIA ECONÓMICA E DIVERSIFICAÇÃO DAS ANCORAGENS	52
5.4.1. UMA DIPLOMACIA ATUANTE, ORIENTADA PARA CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS	52
5.4.2. CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA ESPECIAL COM A UNIÃO EUROPEIA E PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E MUNDIAL	53
5.4.3. ESTRUTURAÇÃO DE NOVAS ANCORAGENS	54
5.5. JUVENTUDE: A FORÇA DA NAÇÃO	54
5.5.1. ENSINO E FORMAÇÃO: CAPACITAR PARA NOVOS HORIZONTES	55
5.5.2. DESPORTO: COMPETIR GLOBAL	58



**CABO VERDE,
SEMPRE**

5.6. REFORÇO DA COESÃO SOCIAL COMO BANDEIRA DE UMA GOVERNAÇÃO INCLUSIVA	60
5.6.1. MAIS OPORTUNIDADES	60
5.6.2. POTENCIAR A ECONOMIA SOCIAL - GANHAR NOVOS MUNDOS	61
5.6.3. DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO	61
5.6.4. HABITAR COM DIGNIDADE	62
5.6.5. MULHER CABO-VERDIANA: GUARDIÃ DE SONHOS E DO PORVIR	63
5.7. CABO VERDE: NAÇÃO GLOBAL	64
5.8. GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	64
5.8.1. PEQUENOS ESTADOS INSULARES <i>VERSUS</i> MUDANÇAS CLIMÁTICAS	65
5.8.2. ASSEGURAR O ACESSO À ÁGUA E AO SANEAMENTO	65
5.8.3. PROMOVER O CONSUMO SUSTENTÁVEL	66
5.8.4. PLANTAR O FUTURO	66
5.8.5. ALARGAR AS ÁREAS PROTEGIDAS	67
5.8.6. ORDENAR O TERRITÓRIO	67
6. CABO VERDE NA CONTINUAÇÃO DE UM PERCURSO GANHADOR	68



**CABO VERDE,
SEMPRE**



■ Novos Horizontes de Esperanças e de Certezas

Esta é uma Agenda das cabo-verdianas e cabo-verdianos e para as cabo-verdianas e cabo-verdianos. A Agenda foi um exercício coletivo, com a participação e contribuição de um elevado número de cidadãos nacionais, através de uma série de diálogos e conferências organizadas pelo PAICV em todo o país e na diáspora. Por isso, posso dizer sem nenhuma dúvida, que esta Agenda é para as cabo-verdianas e cabo-verdianos de todas as gerações, de todas as ilhas, de todas as latitudes pelas quais se espriam a nossa vasta diáspora.

A Agenda centra-se numa única ideia: apresentar-vos as nossas propostas de governação para levar Cabo Verde a alcançar novos patamares de prosperidade. O caminho é ainda longo. Nos últimos anos, todos nós cabo-verdianos, sob a liderança dos governos do PAICV, demos passos firmes na sua direcção e são justamente esses passos que nos levam hoje a acreditar que o sonho de um Cabo Verde desenvolvido é possível. A Nação está confiante e acredita que podemos vencer. À imagem dos Tubarões Azuis, somos um país vencedor.

É com soluções construídas e estribadas no investimento persistentemente feito pelos governos do PAICV que daremos uma resposta séria, sistemática e consequente ao desemprego e à pobreza e não com soluções mágicas. Somos um partido com lastro e com História. Por conseguinte, a agenda que aqui apresentamos situa-se no bojo de um percurso e ela tem embutido o trabalho de várias gerações.

Este é um Tempo Novo, para construir Novos Horizontes de Esperanças e de Certezas confiantes na nossa capacidade coletiva de fazer o caminho do crescimento económico, de mais e melhor emprego, de mais qualidade de vida, de mais oportunidades e igualdade para todos.

Esta é uma agenda com visão de futuro, uma agenda com ambição, à altura dos desígnios da Nação cabo-verdiana. Como sempre, o PAICV tem ambição para Cabo Verde, seja para metas ainda não alcançadas, sejam para aquelas que a dinâmica do desenvolvimento colocará às crianças, à juventude, às mulheres e aos homens, enquanto dimensões irredutíveis do desenvolvimento nos planos económico, social e político.

Como sempre, seremos perseverantes em assegurar a todos uma vida de prosperidade e plena realização pessoal, pelo empenho no progresso económico, e social, tendo como matriz de conduta política uma democracia vibrante espelhada na boa governação.

Esta é uma agenda inclusiva, que não deixa ninguém para trás. Todas as forças da Nação terão assento na construção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva, sem medo e sem violência, com parcerias cooperantes em que o djunta mon será o mote da nossa Nação Global no país e continuada nas sete partidas do mundo, para a mobilização de energias, competências e recursos, para a realização e fortalecimento da nossa tradicional solidariedade e morabeza, com o pensamento primeiro nas necessidades das camadas mais vulneráveis da população.

Esta Agenda de desenvolvimento consagra um forte sentido de compromisso ao investimento no crescimento económico sustentável, na educação, na ciência, na inovação e na cultura, pilares centrais do processo de desenvolvimento, tendo sempre com fim último e principal, a diminuição significativa do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais.

A presente Agenda responde a um imperativo de consciência do PAICV, de sentido do dever de continuar a servir Cabo Verde, para Cabo Verde continuar ganhador, Sempre! Para com todos, de todas as gerações, mulheres e homens, construir o futuro, assente numa economia de elevado valor acrescentado, com elevada qualidade de vida social e ambiental, com discurso e prática política compatíveis, centrados nas pessoas e nas coletividades. O PAICV é um Partido com uma longa história que se confunde com a história do Cabo Verde contemporâneo. Com Amílcar Cabral, o nosso Partido protagonizou a luta para a Independência Nacional; edificou as fundações do Estado de Cabo Verde; despoletou e impulsionou a abertura ao multipartidarismo e à democracia; transformou e modernizou o país, lançando bases irreversíveis para que Cabo Verde venha a ser um país desenvolvido.

Mais, o PAICV é o Partido portador de futuro. Esta é uma Agenda para, neste Tempo Novo, construir Novos Horizontes de esperanças e certezas para Cabo Verde se tornar um país desenvolvido, com emprego, sem pobreza, com melhores condições de vida para as cabo-verdianas e para os cabo-verdianos. O PAICV é, pois, um Partido de ontem, de hoje e de amanhã, de **CABO VERDE, SEMPRE!**



JANIRA HOPFFER DE ALMADA

1. NA LINHA DE AMÍLCAR CABRAL



**UM PARTIDO PATRIÓTICO,
DE VALORES E PRINCÍPIOS**

A busca da dignidade de todas e todos foi a motivação chave que moveu Cabral e os Combatentes da Liberdade da Pátria na luta pela independência nacional. Foi o PAICV que liderou a luta para o surgimento e a construção do Estado de Cabo Verde e iniciou a nossa jornada para o desenvolvimento nacional. O PAICV tem sabido manter-se fiel a esse desígnio fundador, criando as bases para a edificação de instituições nacionais sólidas e credíveis e do desenvolvimento inclusivo; fazendo a abertura democrática; participando ativamente na construção e consolidação da democracia e honrando as regras do jogo tanto na oposição como na governação do país; lançando as bases para a transformação económica e social do País e da melhoria significativa da vida das populações.

Nós, o PAICV, para além de sermos um Partido com história, somos um Partido da modernidade, reformista, empreendedor, e estaremos sempre comprometidos com Cabo Verde, com os valores que engendraram a sua formação e são as razões da longevidade e da vitalidade desta poderosa organização partidária, protagonista ativo dos momentos mais relevantes da vida da nossa Nação. Por isso, Nós, o PAICV, continuaremos a ser um Ator chave da Vitória desta Nação, o Partido que melhor garante a realização dos sonhos e dos anseios dos cabo-verdianos.

Nós, o PAICV, somos uma organização patriótica, progressista, com valores modernos e, sobretudo, justos, que faz política com Amor à Terra, a pensar em Cabo Verde, sempre, com esperança e ambição, interpretando responsavelmente os anseios e a vontade inabalável e secular dos cabo-verdianos e das cabo-verdianas de procurar melhor vida e de perseguir a felicidade.

Nós, o PAICV, acreditamos que a política exercida com nobreza serve para mudar o que não está bem, o que não está certo ou não é justo. A nossa razão de ser é a de transformar a vida das pessoas, a vida de todos nós, e torná-la melhor no quadro dos valores de base cristã que moldaram a idiossincrasia do povo cabo-verdiano.

Estamos conscientes de que ao PAICV, pelas suas particulares responsabilidades na história nacional, será imposta, sempre, uma acrescida capacidade de ajuste contínuo aos níveis de exigência e de consciência social e política dos cabo-verdianos. Ou seja, a sociedade cabo-verdiana espera sempre mais do PAICV.

Por isso, o PAICV acredita que é possível edificar um Cabo Verde cada vez mais moderno, justo, transformado, com prosperidade partilhada por todos, em consonância com a transformação que estamos a propugnar e a realizar na nossa terra.

2. O PAICV COMO PROTAGONISTA



**DA TRANSFORMAÇÃO DE CABO VERDE
RUMO A UM PAÍS DESENVOLVIDO**

Cabo Verde mudou profundamente em 40 anos como Nação livre e independente e sofreu uma grande transformação nestes últimos 15 anos. Hoje, somos um país soberano, com instituições funcionais credíveis e com bom nível de infraestrutura física, social e institucional, um país estável e democrático, com um claro sentido de desenvolvimento sustentável, com cidadãos escolarizados e confiantes no futuro.

Desde 2001, os Governos do PAICV protagonizaram uma série de exercícios de pensamento e planeamento estratégicos. O processo culminou em 2003 com o primeiro fórum nacional em que foi alcançado um consenso nacional sobre uma estratégia de transformação económica. A agenda de transformação abrange a construção de clusters económicos chave como forma de alargar a base produtiva da economia e uma estratégia global de longo prazo para o desenvolvimento da economia de Cabo Verde capitalizando as vantagens comparativas de Cabo Verde: vasto oceano,

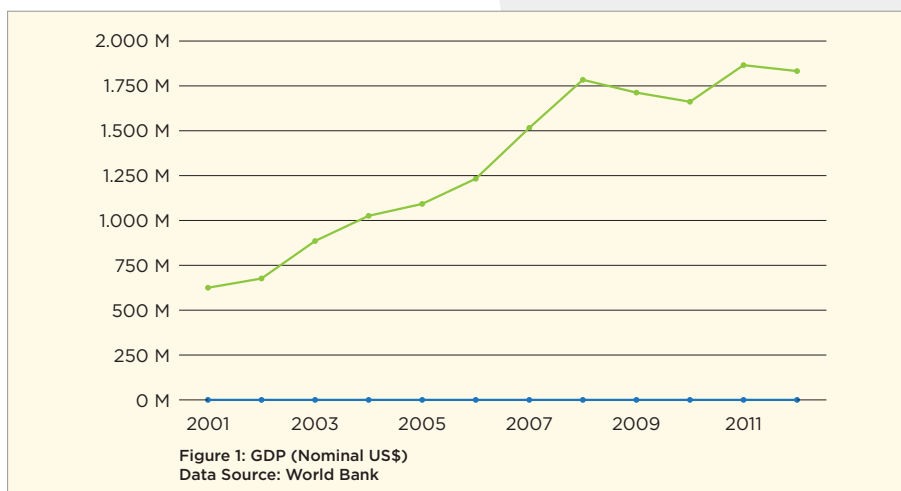
localização geoestratégica, e um clima tropical. Temos hoje um Cabo Verde com uma democracia em aperfeiçoamento crescente, uma economia mais competitiva e inclusiva, gerando empregos de qualidade, pois hoje, diversamente de há 15 anos, temos barragens, portos apetrechados, aeroportos internacionais, mais hospitais, mais liceus, mais universidades, rede de fibra óptica e internet, muitos mais jovens capacitados com formação profissional ou ensino superior, temos também mais capital social, a nossa cultura é muito mais conhecida e respeitada no mundo e a nossa governação amplamente reconhecida.

O país encontrou um rumo. Estes anos de governação do PAICV trouxeram uma nova esperança a Cabo Verde. Mostraram que as cabo-verdianas e os cabo-verdianos são capazes de construir a pátria a que aspiram. Há muito caminho pela frente, muitos desafios, mas a Nação está confiante e acredita que podemos vencer.

O PIB triplicou

A economia cresceu de maneira sustentável desde de 2001. Apesar de sua fragilidade e vulnerabilidade, a economia testemunhou um grande surto de crescimento já que o PIB nominal quase que triplicou. O PIB subiu de cerca de 563.000.000 US \$ em 2001 para 1.871 bilhões US \$ em 2014. Já o rendimento per capita aumentou de 1.248 US \$ para 3.450 US \$ neste período, ou seja, mais de duas vezes e meio. O rápido crescimento do PIB

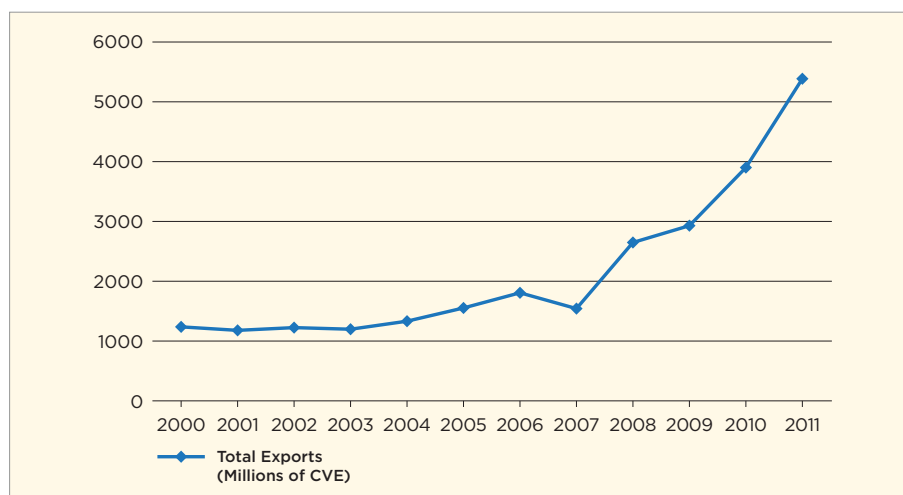
e do rendimento per capita ao longo do período traduz a melhoria significativa das condições de vida dos cabo-verdianos, tal como o provam outros indicadores de desenvolvimento, nomeadamente o indicador do Desenvolvimento Humano tem mantido um crescimento sustentável, sendo que Cabo Verde é um dos raros países a conseguir atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas.



Exportações em forte dinâmica ascendente

Cabo Verde testemunhou um aumento sensível das exportações resultando numa desaceleração dos défices comerciais e impulsionada por um crescimento das exportações de bens sobretudo a partir de 2008. Assim é que as ex-

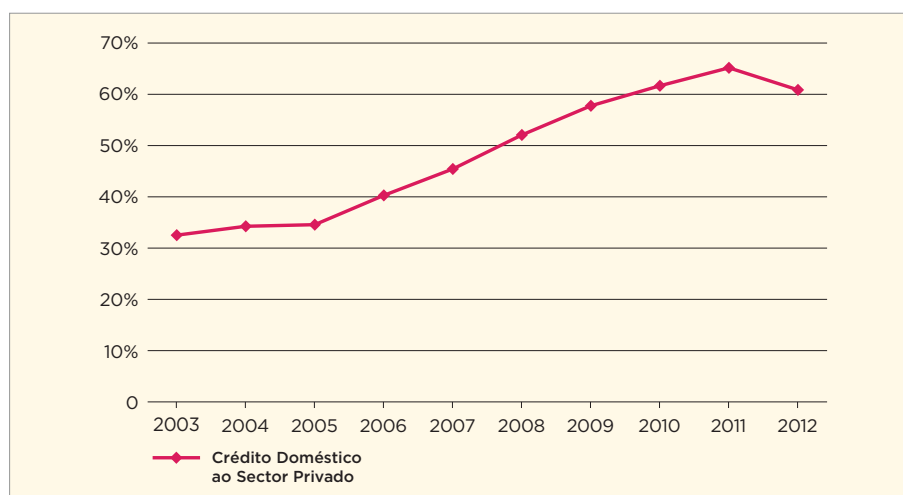
portações do país aumentaram em cinco vezes e meio em 2014 em relação a 2000. O sector das pescas que em 2001 representava apenas 3,1% das exportações de bens, subiu para cerca de 85% em 2015.



O aumento de crédito ao Setor Privado

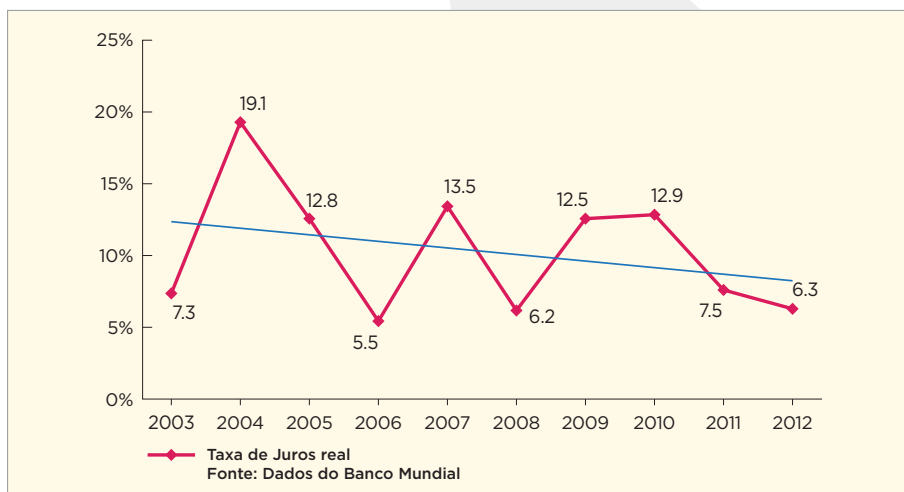
As microempresas representam 84% das empresas. O grupo das pequenas e médias empresas, visto como o principal motor de crescimento das economias emergentes, representa tão-somente

13% das empresas. Com exceção dos sectores de turismo e pescas, as grandes empresas são, na sua maior parte, de prestação de serviços públicos ou semipúblicos.



Ao longo da última década o acesso ao crédito por parte do sector privado cabo-verdiano tem aumentado. O crédito interno ao sector privado

aumentou de 35% do PIB em 2005, para cerca de 62% em 2012.



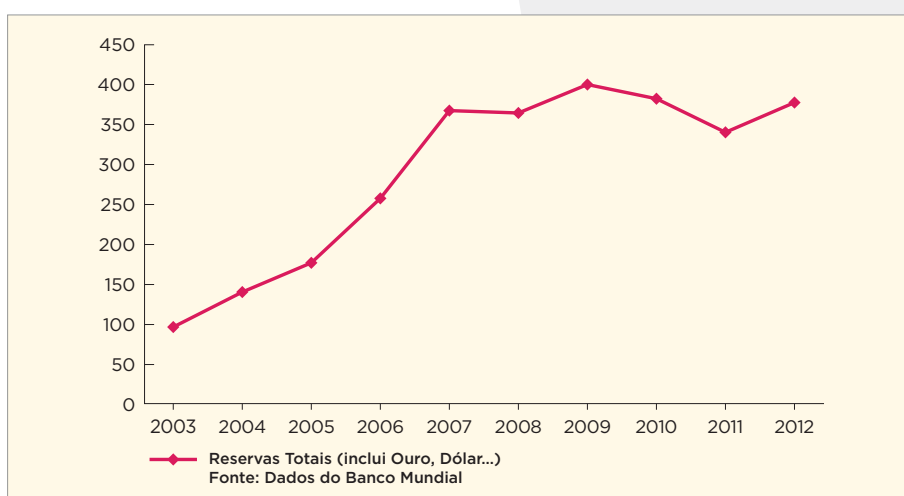
Além disso, a taxa de juros real também tem diminuído nos últimos anos, apesar da alta volatilidade. Não obstante o aumento do crédito para o setor privado e o declínio da taxa de juros real, o acesso ao financiamento continua a ser uma questão fundamental para as empresas cabo-verdianas e empresários. Esta questão será, por isso, uma das principais prioridades do Governo do PAICV. O nosso mercado financeiro não está, ainda, suficientemente estruturado e preparado para dar resposta às necessidades do setor privado.

Esta será, por isso, uma prioridade para o próximo governo eleito do PAICV. A entrada em funcionamento do Fundo de Garantia bem como outras medidas já tomadas vão no bom sentido. Devemos e vamos transformar este desafio numa oportunidade para o setor privado. Vamos abrir os mercados financeiros e facilitar a criação das instituições financeiras não-bancárias e estabelecer um quadro institucional e regulamentar para atrair poupança, investidores estrangeiros e facilitar a criação de fundos de investimento em Cabo Verde.

As reservas externas quase que quadruplicaram

O crescimento económico e uma gestão macro-económica prudente permitiram a Cabo Verde manter os equilíbrios fundamentais da economia. Permitiu-se, também, o aumento substancial do nível das reservas externas de cerca de US \$ 100

milhões em 2003, para cerca de US \$ 376 milhões, ou seja. Ao todo, as reservas quase que aumentaram quatro vezes em relação a 2000. As Remessas dos emigrantes duplicaram nesse período.



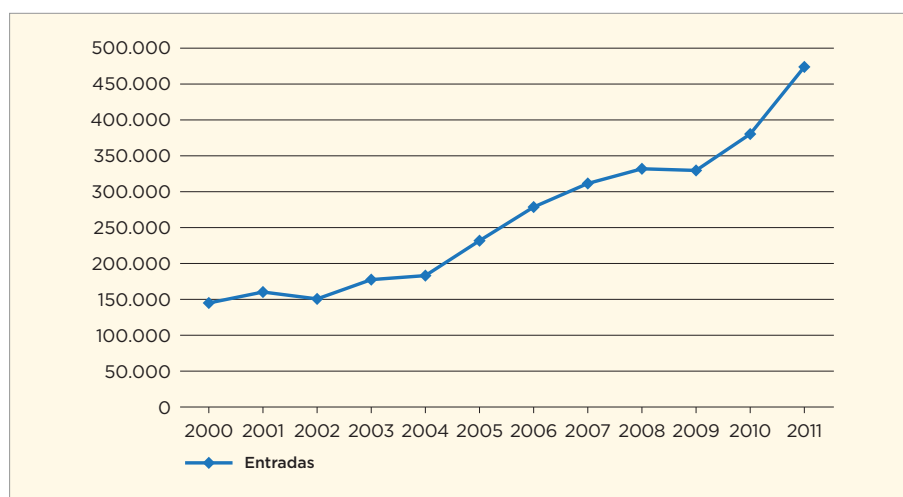
O Turismo tornou-se o principal motor de crescimento - o número de turistas mais do que triplicou

O Turismo tornou-se, na última década, o principal motor do crescimento da economia. De 7% do PIB, em 2001, o turismo cresceu para 22% do PIB em 2014. Entre os clusters da agenda para a transformação foi o primeiro a descolar. O turismo tem crescido em média dois dígitos por ano ao longo da última década.

Entre 2001 e 2011, o número de turistas aumentou mais de três vezes e em 2015 aproximou-se de 600.000. As receitas do turismo também triplicaram durante o período 2003-2012 e a proporção do turismo no total das exportações atingiu

cerca de 61 por cento em 2012.

O próximo Governo poderá contar com a retoma dos investimentos externos no sector, com contratos já assinados e que irão garantir, a partir de 2016, uma importante atividade económica em grande parte das ilhas. **A nossa agenda** tem como objetivo continuar a fazer crescer o sector do turismo, aumentando o seu valor acrescentado e a sua contribuição para a economia. Vamos, portanto, trabalhar para assegurar a diversificação das fontes do turismo e garantir que as atividades turísticas se alargam a todo o país.



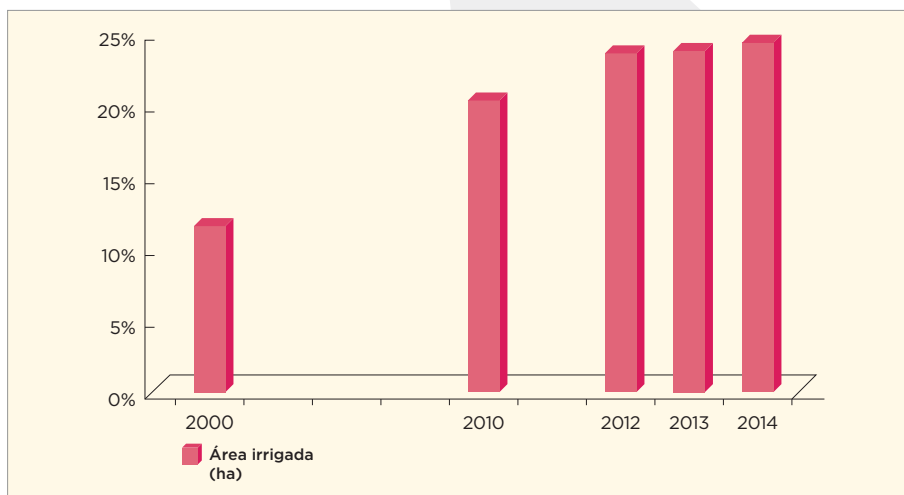
Mudando a paisagem rural

Votado ao abandono nos anos noventa, a agricultura sofreu uma autêntica revolução. Cabo Verde tem feito progressos significativos no sector agrícola ao longo da última década. Esta é uma diferença gritante em relação ao que o governo do PAICV herdou em 2001, quando uma década de políticas inconsistente do MPD tinha quase arruinado o setor agrícola. Os progressos da última década têm levado a um sector do Agro-negócio emergente, com grande potencial de crescimento. O governo tem feito investimentos substanciais no setor com a construção de barragens, o reordenamento das bacias hidrográficas, o acesso ao microcrédito, e a adoção da tecnologia de irrigação por gota a gota.

A mudança fundamental foi a grande mobilização de água através da construção de barragens. O plano do governo é construir 17 barragens, das quais sete foram concluídas; duas estão em construção, enquanto o financiamento foi mobilizado para iniciar mais cinco novas barragens cujos es-

tudos já estão prontos, para além de três barragens subterrâneas. A área irrigada duplicou entre 2003 e 2012, enquanto a área irrigada por gota aumentou seis vezes. Ao mesmo tempo, os serviços de extensão (formação e investigação) que tinham sido praticamente fechados nos anos 90s, foram ampliados. O resultado tem sido uma expansão significativa da produção agrícola e uma redução das importações de produtos alimentares (frutas e legumes). A construção de estradas vicinais e pontes tornou mais fácil para os agricultores a colocação dos seus produtos nos mercados.

Estas medidas têm sido muito benéficas para as áreas rurais e têm contribuído para a redução da pobreza que estava a 37% quando resgatamos o poder em 2001. Com os progressos já alcançados, a nossa agenda concentrar-se-á na mobilização de mais água, na criação de um ambiente favorável ao reforço da capacidade para a transformação, a logística e a comercialização.



Economia Marítima em “take-off”

Um setor de crescimento natural para Cabo Verde é a economia marítima. O cluster é composto por uma série de atividades da chamada economia azul, incluindo o abastecimento de combustíveis (bunkering), a reparação naval e serviços, o transbordo de contentores, a pesca, a aquacultura, o processamento e exportação de produtos da pesca, o registro de navios, a investigação marítima, a logística portuária, o turismo de cruzeiros e os desportos náuticos e aquáticos (DNA.CV).

Este cluster é uma prioridade para Cabo Verde. Cresceu ao longo da década. A atividade líder tem sido a pesca, que mais contribui para as exportações de bens. As atividades de aprovisionamento de combustível (bunkering) e de transbordo também têm crescido ao longo do período de dez anos (2003-2013). O governo tem trabalhado ativamente para acelerar o crescimento do setor e criou um quadro institucional para a sua gestão

e promoção. Criou uma estrutura de governança do setor, estabeleceu uma agência reguladora, a Agência Marítima e Portuária, fez da ENAPOR o proprietário dos portos (landlord port) e lançou os processos de subconcessão dos principais portos, e do estaleiro naval Cabnave a operadores do sector privado que podem trazer know-how, novos mercados e investimentos. Com o mesmo propósito já foi subconcessionada ao setor privado a Plataforma de Frio. Enquanto isso, está em desenvolvimento o projeto do terminal de cruzeiros em Mindelo. O projeto de registro de navios começará em 2016 após a conclusão da fase de planeamento. O desenvolvimento sustentável do DNA.CV, desportos náuticos e aquáticos, marca com patente registada, possibilitará a criação de novas profissões e consequente ação positiva sobre o emprego.

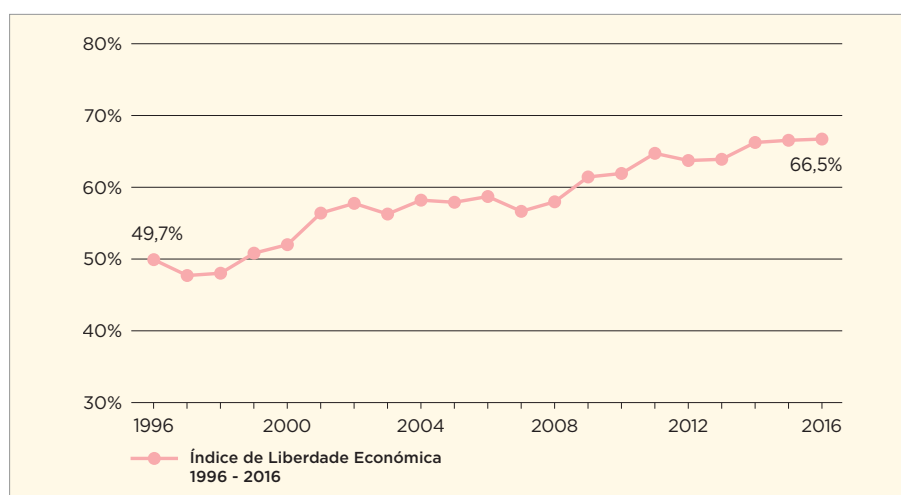
Um ambiente de negócios em melhoria

Na década após a formulação da agenda de transformação, a economia de Cabo Verde conheceu um forte crescimento e testemunhou uma descolagem de setores críticos, como o turismo, a construção e a imobiliária. Elemento-chave do sucesso foram as grandes reformas que os governos do PAICV implementaram para melhorar o ambiente empresarial e a promoção do desenvolvimento do sector privado. Reformas políticas específicas e o estabelecimento da Casa do Cidadão e programas como a “racionalização das estruturas” e “Mudar para competir” fizeram a diferença.

Um ganho chave das reformas tem sido a mudança de classificação de Cabo Verde de uma economia considerada principalmente reprimida nos anos 1990 para uma economia que agora é considerado na maior parte livre (ver gráfico abaixo: Índice

de Liberdade Económica da Heritage Foundation). Entre os 166 países avaliados no relatório de 2016, Cabo Verde classificou-se como o 57º e o 3º em África. Cabo Verde fez progressos por causa da reestruturação do Estado de Direito, que reduziu a corrupção e melhorou a qualidade do ambiente regulatório. Estes facilitaram a sua transição para um sistema económico mais aberto e flexível.

A experiência na implementação das reformas mostrou que elas devem ser permanentes. Por isso, é firme o nosso compromisso de renovar constantemente a agenda das reformas e a formulação de estratégias para melhorar radicalmente o ambiente de negócios e, ao mesmo tempo, melhorar o seu desempenho e a competitividade da nossa economia no mercado global.



Construindo infraestruturas de classe mundial

A eficiência e a qualidade das infraestruturas são ingredientes-chave para o crescimento e a competitividade de uma economia. É particularmente importante para um arquipélago como Cabo Verde. É a grande diferença em relação à oposição. O governo liderado pelo PAICV investiu fortemente nas infraestruturas, enquanto, na década de noventa, nada foi feito para a infraestruturização do país. Na verdade, regredimos em muitos casos, nessa altura, como Nação.

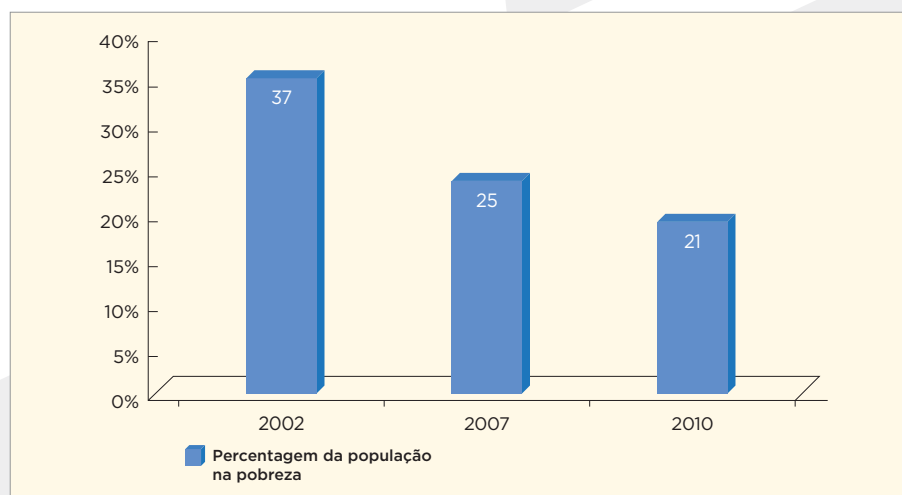
Os governos do PAICV têm investido muito ao longo da última década no desenvolvimento de infraestruturas nos setores de energia, água, transporte, telecomunicações, saúde, saneamento e educação. Esta tem sido uma decisão estratégica por duas razões: primeiro, para aproveitar a oportunidade do baixo custo de financiamentos concessionais após a

graduação de Cabo Verde para país de rendimento médio; e, segundo, para garantir que construímos as fundações para a transformação socioeconómica, porque só seremos capazes de competir no mercado global e desenvolver a nossa Nação se construímos infraestruturas de classe mundial. Ao longo da década foram construídos novas, escolas, novos hospitais e centros de saúde, novas estradas, pavimentadas parcelas significativas das redes rodoviárias existentes, edificados novos aeroportos internacionais, requalificados os portos, e aumentada a produção de energia e água. Hoje, Cabo Verde é um país wifi, ligado por dois cabos submarinos com os outros continentes. Como é reconhecido por instituições internacionais, como o Banco Mundial, a infraestruturização produziu mudanças estruturais capazes de impulsionar a economia do país nos próximos tempos.

Vencendo a luta contra a pobreza e a desigualdade

A pobreza em Cabo Verde tem sido um problema histórico dadas as fragilidades e vulnerabilidades enfrentadas pela Nação. Sendo, ainda um dos maiores problemas do país, a pobreza foi reduzida, contudo, de 37% em 2000 para 21% em 2010, e prosseguiu a tendência descendente, não obstante a população ter aumentado de 83.500 pessoas. Esta grande redução da pobreza foi conseguida

num contexto de crescimento da população e conseguimos que o impacto da pobreza seja menor, aumentando a capacidade das pessoas, proporcionando opções para as áreas rurais, onde a pobreza é mais provável. Embora continue a ser um desafio grande, reduzimos a desigualdade, sendo que o Índice de Gini passou de 0,553, em 2001, para 0,476, em 2013.



Os Governos do PAICV têm feito investimentos substanciais em infraestruturas socioeconómicas básicas: barragens, construção de escolas, unidades de cuidados de saúde, e no aumento do

acesso à energia elétrica, abastecimento de água potável e saneamento. Estes investimentos explicam, em grande medida, a redução da pobreza em Cabo Verde.

Investindo nas pessoas

Cabo Verde tem tido um bom desempenho em comparação com outros países, de renda comparável e mesmo superior, em relação aos indicadores de desenvolvimento humano. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, por exemplo, Cabo Verde com um índice de 0,568, tem o quinto maior registo da África Subsaariana em 2011, significativamente acima da média regional, que é de 0,463. O investimento nas pessoas levou Cabo Verde a ser dos poucos Países africanos a atingir os Objetivos do Milénio (ODM) e colocou-o entre os melhores classificados entre os Países Africanos para a boa governação, democracia e principais indicadores de desenvolvimento.

As Nações Unidas acabam de aprovar uma nova Agenda pós 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Das 169 Metas estabelecidas, 125 já constam do DECRP III, nomeadamente nas áreas da infraestruturização, capital humano, governação, sector privado e Nação global. Isso ocorre porque

a Agenda de Transformação estava à frente dos tempos: enquanto a Comunidade Internacional do Desenvolvimento estava focado na gestão da pobreza, o Governo do PAICV mobilizava a Nação para formular uma nova agenda de desenvolvimento que seja holística, integral e com ênfase no desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento económico.

Atacando a base estrutural do Desemprego

Nos últimos 40 anos, a percentagem da população dependente (crianças e velhos) - Índice de Dependência - baixou mais de metade. Este dividendo demográfico constitui um bônus demográfico, ou seja, uma janela de oportunidade aberta para um crescimento económico rápido. Mas, também aumenta o principal desafio ao país - o desemprego - já que houve um aumento significativo do número de jovens (homens e mulheres) em idade de trabalhar, sendo que, entre 2000 e 2015, houve mais 67.000 pessoas no mercado do trabalho e o número de agregados familiares mais que duplicou. A taxa de desemprego era de cerca de 20 por cento em 2003, quando a agenda de transformação foi lançada. Com o rápido crescimento do turismo, a taxa diminuiu e atingiu o seu menor nível (10,7 por cento) em 2010 para o período 2003-2013. No entanto, com a crise e a redução do crescimento e a mudança da estrutura etária da população, a taxa

de desemprego aumentou de novo para se situar em 15,8%.

É claro que o desafio do desemprego em Cabo Verde é de natureza estrutural. A solução passa de um lado pela contínua e permanente qualificação das pessoas e, por outro lado, pela modernização e diversificação económica. É por isso que a nossa agenda está apostada de forma determinada na estruturação de um sistema de ensino e formação de qualidade e inclusivo e em acelerar o processo de transformação como forma de melhorar a nossa competitividade, expandir a nossa base produtiva e aumentar, substancialmente, o número e a qualidade de empregos gerados pela economia. Os alicerces já foram lançados e iremos continuar a construir sobre o que tem sido feito para alcançar a próxima fase de desenvolvimento em Cabo Verde e assegurar o emprego às cabo-verdianas e aos cabo-verdianos.

Um panorama da educação transformado

Cabo Verde continuou a fazer progressos na educação de sua população. O setor representa uma fatia importante do orçamento nacional. O acesso à educação tem aumentado desde o pré-escolar ao ensino universitário. Também tem havido um aumento constante da taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos de idade, que subiu para 85 por cento em 2011. A relação professor-aluno no ensino básico continuou a baixar. Além disso, a participação de professores formados aumentou em cerca de 70 por cento, em 2003, para cerca de 95 por cento, em 2012.

Também houve mudanças extraordinárias no ensino profissional e universitário em Cabo Verde. O país tem agora mais centros especializados para a formação profissional em sectores-chave da Agenda de Transformação tais como a hidropónica, a hotelaria e o turismo, as energias renováveis, a construção civil, as TICs. Uma revolução teve lugar no ensino superior: Cabo Verde tem agora cerca de 10 Instituições de Ensino Superior. Como resultado disso e de uma aposta forte num programa de bolsas de estudo e outros apoios sociais, mais cabo-verdianos estão a fazer agora a sua formação superior em Cabo Verde a tal ponto que o nosso país hoje pode orgulhar-se de ter a maior taxa bruta de escolarização do ensino superior da África Sub-sariana. Não nos limitámos a massificar o acesso ao ensino superior. Na verdade, ele foi democratizado. Pessoas de todos os estratos sociais, independentemente da profissão e do nível de rendimento dos seus pais, têm tido possibilidade de fazer estudos universitários. Reduzimos muito a correlação entre

o nível de rendimento e o acesso à educação em geral e ao ensino superior em particular.

Superámos o desafio do acesso e, agora, os nossos esforços estão voltados para as questões de qualidade e relevância da nossa educação. A proporção de professores com doutoramento tem aumentado significativamente e o governo tem alargado a oportunidade para a formação dos académicos e pesquisadores por meio de acordos de parceria para garantir que temos as pessoas com experiência na academia e na cultura de pesquisa. Iremos construir uma agenda ambiciosa de formação avançada a nível de doutoramento e pós-doutoramento, em regime sanduiche (alternante), envolvendo em parcerias as nossas instituições com prestigiadas instituições de ensino estrangeiras. Da mesma forma, estabeleceremos programas para treinar académicos e pesquisadores, habilitando-os a inserirem em consórcios científicos e académicos e a concorrerem aos editais de agências de financiamento da ciência e do ensino superior. Capacitaremos a nova agência criada para regular o ensino superior, estabelecendo standards de qualidade cada vez mais próximos aos vigentes nos países avançados e através dela garantiremos que a formação e o ensino praticados no país estejam alinhados com as necessidades do mercado ou da agenda de desenvolvimento. Estamos apostados em criar uma cultura da avaliação enquanto instrumento central da cultura de garantia de qualidade.

Uma sociedade com mais saúde

O sector público da saúde conheceu um desenvolvimento a todos os níveis na última década, nomeadamente no domínio das infraestruturas, dos recursos humanos, do desenvolvimento institucional e da regionalização dos serviços, do subsistema farmacêutico e de tecnologias de saúde incluindo a telemedicina, do sistema de informação sanitária, da mobilização de recursos financeiros e financiamento do Serviço Nacional de Saúde e com a instalação da telemedicina a nível nacional. Todas as intervenções nestas áreas tiveram um reflexo positivo na organização para a prestação de cuidados de saúde traduzidos na melhoria global dos indicadores de saúde, designadamente no acesso aos cuidados de saúde (incluindo aos medicamentos) pela população, na diminuição das taxas de mortalidade específica e geral, na maior diferenciação técnica e tecnológica dos cuidados de saúde prestados e num maior controlo sobre os riscos sanitários, particularmente das epidemias. Aumentou-se a capacidade de fornecer tratamento diferenciado, tal como a quimioterapia, a diálise e a neurocirurgia e ao mesmo tempo reforçou-se as respostas dos serviços de atenção primária procurando apostar muito mais na promoção de estilos de vida saudável e na prevenção da saúde individual e das comunidades, implicando nisso as populações e buscando garantir abordagens de saúde em todas as políticas públicas e nas diferentes fases do ciclo da vida.

Iremos construir sobre estes progressos e esses princípios e a nossa agenda irá garantir a consolidação da cobertura de saúde universal com a aprovação de um pacote de cuidados essenciais de qualidade acessíveis a todos! Propugnamos a continuação dos esforços tendentes à eficiência e eficácia na gestão dos recursos já postos à disposição do sector e à melhoria contínua da qualidade, do atendimento e da humanização dos serviços. Defendemos também claramente um aumento dos recursos financeiros na base de uma estratégia de financiamento já delineada e a ser implementada no horizonte 2016/2020. Mais recursos financeiros e humanos (e respetiva qualificação e diferenciação) são críticos nesta fase de transição epidemiológica que vivemos, com o aumento da esperança média de vida, para consolidarmos de vez os ganhos sobre as doenças transmissíveis, melhor combatermos as doenças não transmissíveis e atingirmos a redução drástica das evacuações, a melhoria substantiva dos indicadores globais e a melhoria da satisfação dos nacionais e residentes e dos turistas que nos visitam! Mais recursos podem também ser mobilizados até o final da próxima legislatura através do desenvolvimento de projetos de parceria público-privada nos cuidados de saúde para os quais já há manifestações concretas de interesse e o desenvolvimento do turismo de saúde.

Assegurando Habitação condigna a Todos

A Habitação esteve no topo das prioridades da governação do PAICV. Foi lançado o ambicioso programa CASA PARA TODOS, iniciativa de longe mais importante jamais lançada em Cabo Verde no domínio da Habitação que prevê 8.500 novas casas com acesso a infraestruturas e à água, saneamento e eletricidade. Encontram-se já construídos

6.010 fogos, fornecendo habitação condigna a largos milhares de famílias cabo-verdianas. Ainda no quadro do Plano de Habitação, foram reabilitadas mais de 15.000 habitações, estas últimas numa estreita envolvimento de famílias, organizações governamentais e não-governamentais.

Assegurando a Segurança Social às populações

De 2004 a esta parte destaca-se o alargamento da cobertura social e a integração de um conjunto de cinco grupos socioprofissionais (trabalhadores por conta própria, trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores domésticos, trabalhadores da função pública, trabalhadores das autarquias locais) assegurando uma taxa de cobertura de 38%, ou melhor, cerca de 177.000 beneficiários em mais de 60 mil segurados, sem falar do aumento do número de beneficiários das prestações pecuniárias,

cujas pensões conheceram aumentos superiores de 50%. Medidas de grande alcance tomadas pela governação do PAICV representam conquistas importantes para a segurança dos trabalhadores e para a redução das desigualdades, destacando-se a pensão social aos mais vulneráveis, extensível à diáspora, que aumentou em quase 4 vezes e o número de beneficiários que duplicou em relação ao ano 2000; a adoção do salário mínimo nacional e do subsídio de desemprego. Acrescem inúmeras

outras intervenções de solidariedade social, como os programas de luta contra a pobreza, as cantinas escolares, o apoio social escolar, as bolsas de estudo, a proteção a crianças e adolescentes, as Casas de Direito, entre outros.

De participantes a ganhadores

Já lá vai o tempo em que Cabo Verde se limitava a participar nas competições desportivas internacionais. Hoje, competimos para ganhar. Somos uma Nação ganhadora. Nos últimos tempos Cabo Verde conheceu expressivas vitórias em competições internacionais, o que espelha o enorme potencial humano do país, o elevado empenho dos clubes, federações, comunidade desportiva e atletas bem como as acertadas e assertivas políticas públicas. As vitórias dos Tubarões Azuis, dos Tubarões Martelo, dos Tubarões Tigre, etc, são orgulho da Nação cabo-verdiana e ilustram sobremaneira os enormes avanços conseguidos pelo desporto nacional nestes anos de Governação do PAICV.

Os programas Atleta 2022, JAD - jovem atleta da

diáspora, DNA.CV - desportos náuticos e aquáticos, embaixadores da boa vontade do desporto denotam uma visão de longo prazo transformadora do desporto num sector produtor de desenvolvimento social, com novas famílias profissionais e capaz de contribuir positivamente para o PIB.

É um domínio onde as atenções devem ser reforçadas, para que Cabo Verde se erija num centro de referência para a emergência de atletas de alta competição, de formação desportiva e para estágios. Isto é, emblemático do que aconteceu nos últimos 15 anos de governos do PAICV. A Nação mudou. Fizemos progressos em todas as áreas e no desporto passamos de simples participantes a competidores preparados para ganhar.



3. VENCER OS DESAFIOS



**CONTINUAR A TRANSFORMAR
CABO VERDE**

Cabo Verde fez progressos significativos desde a Independência, pelos quais os cabo-verdianos devem ter orgulho como Nação. Ao longo dos últimos quinze anos, a Nação ergueu-se a níveis bem mais elevados. Sucessos foram registados em todas as frentes. A qualidade de vida melhorou para a maioria dos cabo-verdianos e foram lançadas as fundações para uma transformação socioeconómica irreversível. Cabo Verde, o país que muitos pensavam que não tinha futuro na altura da sua independência em 1975, foi capaz de aumentar a sua visibilidade e mostrar ao mundo que é possível o desenvolvimento sem recursos naturais. A Nação levantou a sua bandeira como um dos poucos países a graduar-se da lista dos Países Menos Avançados (PMA) para se tornar um país de renda média. Além disso, os sucessos dos Tubarões Azuis têm projetado Cabo Verde no palco global.

Mas o sucesso traz consigo novos desafios e Cabo Verde não foge a regra. Por isso, o PAICV tem a consciência clara que ainda temos um longo, longo caminho a percorrer para realizar a nossa visão de um país desenvolvido em 2030 e assegurar uma economia transformada com oportunidades para todos. Ainda existem cabo-verdianos vivendo na pobreza e há ainda jovens no desemprego. Muitas das nossas empresas enfrentam desafios, a nossa administração fiscal continua com muitas ineficiências, a nossa Justiça é lenta com pouca experiência dos conflitos económicos globais, o acesso ao financiamento para as nossas empresas continua a ser um grande desafio e a nossa economia trava a batalha da competitividade.

Tendo em conta as suas condições de partida e a natureza aberta da sua economia, Cabo Verde tem poucas alternativas em termo de estratégia. Temos uma economia altamente integrada na economia mundial e grandemente dependente do comércio mundial e dos fluxos de capitais nomeadamente da economia europeia. Disto resulta uma economia altamente sensível a choques externos.

O que está claro é que mais e mais Cabo Verde deve competir nos mercados globais. Temos que competir e nós o faremos. Apesar de sermos uma pequena nação, temos uma grande ambição alicerçada nos resultados atingidos desde a independência demonstrativos que podemos aumentar a nossa capacidade de competir e na diversificação da nossa base produtiva, que são as duas condições para fazer crescer a nossa economia e impulsionar o desenvolvimento socioeconómico. Procuraremos as vias para melhorar a qualidade e a relevância do nosso sistema educacional para assegurar a formação das competências que vamos precisar. Isto é importante para podermos assegurar a transição para uma economia baseada na alta produtividade e eficiência e aumentar a capacidade das empresas cabo-verdianas para competir no mercado global.

Os desafios emergentes colocam com urgência a questão de acelerar as reformas e a implementação da agenda de transformação económica. Por outro lado Cabo Verde deve preparar-se para a guerra do desenvolvimento imposto pela globalização das economias. Nesta “guerra”, Cabo Verde tem de competir contra os melhores do mundo. Já não é suficiente ser bom. Temos de ser excelentes. Iremos por isso, fortalecer as instituições e a Administração Pública para a melhoria da ação governativa e da eficiência da Administração Pública nomeadamente da Administração da Justiça e para a construção de instituições de classe mundial que irão facilitar a nossa competitividade no mercado global e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos nossos cidadãos.

Num mundo cada vez mais globalizado e de aumento das interdependências, a nossa agenda para o próximo Governo em Cabo Verde deve visar a aceleração das reformas necessárias para a melhoria da competitividade, do clima de negócios, ao melhor funcionamento do mercado do trabalho e à redução do desemprego. Além disso, iremos acelerar a diversificação e extensão da base produtiva para reduzir a dependência externa e assegurar o pleno emprego.

4. O NOSSO COMPROMISSO



**COM CABO VERDE
E POR CABO VERDE, SEMPRE**

4.1. Transformar Cabo Verde numa Terra de Prosperidade, Paz e Segurança

Frente aos desafios emergentes, frutos das mudanças do nosso cenário externo e dos progressos realizados, o PAICV assume o compromisso de **continuar a Transformar CABO VERDE numa Terra de Prosperidade, Felicidade, Paz e Segurança**. PAICV assegura aos cabo-verdianos, se nos for dado a oportunidade de sermos de novo Gover-

no, de continuar a trabalhar com determinação, implementar políticas públicas que assegurem um **desenvolvimento mais inclusivo** e mobilizar todas as competências existentes para fazer de Cabo Verde, uma terra de prosperidade, felicidade, paz e segurança. Para o efeito governaremos na base dos princípios seguintes:

- Iremos criar um ambiente que permite **estimular os valores essenciais para a vida comum**: a tolerância, a solidariedade, a criatividade, o gosto pelo trabalho, a procura constante do consenso para reduzir o nível de conflitualidade dentro da sociedade;
- Iremos continuar a implementar **um projeto de sociedade onde as pessoas estarão no centro das atenções**, onde a realização do bem-comum seja a razão de ser da Política e da existência do Estado e onde a coesão social seja um imperativo do processo transformacional de Cabo Verde;
- Iremos garantir, em parceria com todos os atores da sociedade, que os ganhos sociais acumulados ao longo destes últimos anos sejam consolidados e os direitos sociais assegurados;
- Iremos fomentar a participação cidadã, a tolerância, o direito à manifestação livre, respeitadora e respeitada da diferença;
- Iremos fortificar o direito à equidade da educação e formação inclusivas de qualidade com aprendizagem ao longo da vida encarando a educação como um bem comum mundial que tem como foco principal o desenvolvimento sustentável ancorado na perspetiva neo-humanista.
- Iremos fortalecer o capital social construindo e reforçando relações com os cidadãos, as empresas, as outras forças políticas, as organizações, e as agremiações para juntos, edificarmos **uma sociedade que ofereça aos cabo-verdianos um nível crescente de bem-estar, assente num sentido mais apurado do bem comum e da responsabilidade coletiva**;
- Iremos dar uma atenção especial à **preservação e consolidação da inclusão e da coesão social** porque a coesão social é reconhecida cada vez mais como uma condição essencial da eficiência económica e de um crescimento sustentado no longo prazo. Para tal, velaremos para que o Estado de Cabo Verde seja um Estado promotor e provedor da equidade, da justiça social, da valorização do mérito individual e coletivo e para uma justa arbitragem entre o objetivo da eficiência económica, as despesas sociais e as despesas do aparelho do Estado no seu todo.

Assim, iremos **facilitar a construção de coligações de mudança** e progresso social para garantir o sucesso de reformas e mudanças fundamentais e estruturantes, incluindo neste processo, associações ou qualquer entidade da sociedade civil e os partidos políticos, aceitando conscientemente a sua disciplina e modos de funcionamento mas mantendo-nos sempre como mulheres e homens livres que pensam pela sua própria cabeça, como preconizou Amílcar Cabral.

O reforço das alianças com a sociedade é fundamental já que os resultados de uma governação dependem, em grande medida, do grau de sintonia que existir entre os governantes e os diferentes sectores da sociedade. Sabendo que a sociedade cabo-verdiana vem-se complexificando e diferenciando, tornando muito mais complexa a gestão dos múltiplos interesses em presença, a governação terá de ser cada vez mais capaz de compreender e responder à pluralidade das demandas que lhe são colocadas.

4.2. Respondendo aos novos desafios

Havendo delineado nos capítulos anteriores, os princípios orientadores para o governo do PAICV, o nosso compromisso com a Nação é o de colocar todas as nossas energias para atingir as seguintes metas no fim da legislatura:

1. Criar 15.000 a 25.000 empregos em média por ano;
2. Aumentar o Salário Mínimo Nacional para 15 mil escudos;
3. Reduzir o IRPC de 25% para 20%, para os contribuintes de regime de contabilidade organizada;
4. Redução do IVA para 10% para os sectores do Turismo, do Agro-Negócios e das Pescas;
5. Isenção do pagamento do IUP para os grandes empreendimentos, nomeadamente na área turística;
6. Isenção do pagamento do IUP na aquisição da primeira habitação;
7. Isenção do pagamento de taxas alfandegárias e de importação para táxis e viaturas de transporte público;
8. Redução do pagamento de taxas alfandegárias e de importação na aquisição da primeira viatura para as famílias;
9. Duplicar o número de turistas de 600.000, hoje, para 1,2 milhões em 2021;
10. Aumentar a produção agrícola em 50 por cento na próxima legislatura;
11. Aumentar as exportações em 50 por cento;
12. Acelerar a penetração das energias renováveis para atingir a meta dos 50% no fim da IX Legislatura e 100% no horizonte 2030;
13. Criar as condições para a criação de uma média de 500 empresas por ano;
14. Aumentar em 50% a Pensão Social para as pessoas mais vulneráveis;
15. Reabilitar cerca de 15.000 habitações;
16. Colocar Cabo Verde na lista dos 50 países com melhor Índice do Doing Business no mundo e na lista dos Top 3 em África;
17. Implementar um programa para treinar 100 PhDs cabo-verdianos ao longo da próxima década nomeadamente nas áreas conexas com a Agenda de Desenvolvimento;
18. Concluir o processo de privatização ou de sub-concessão das maiores empresas de capitais públicos;
19. Implementar o acordo de modernização do Mercado de Trabalho entre os parceiros sociais.

O nosso compromisso com Cabo Verde é o de implementar políticas públicas durante a IX Legislatura que permitirão:

1. Transformar o sistema financeiro num instrumento poderoso de financiamento do desenvolvimento e do setor privado
2. Desenvolver alianças internacionais estratégicas, consolidar o sistema de atração dos investimentos externos para apoiar a estratégia de desenvolvimento
3. Melhorar substancialmente a qualidade do sistema educativo e de formação
4. Estimular políticas de distribuição de renda e reformas tributárias
5. Melhorar notavelmente o desempenho da Administração Pública e os serviços prestados às populações

6. Mobilizar amplas competências da sociedade para a construção de novas e necessárias dinâmicas políticas, económicas e sociais em Cabo Verde para ganhar os desafios do futuro
7. Alargar e melhorar o acesso aos serviços de saúde, aos serviços de diagnóstico e de tratamento, à formação de especialistas em áreas críticas e ao reforço dos serviços de saúde pública.
8. Aprofundar o programa Casa para Todos, desenvolvendo e priorizando a vertente de Reabilitação de Habitações.

4.3. Um Tempo Novo para Construir: Uma Visão de Futuro

O desenvolvimento é uma cadeia de desenvolvimentos que, em cada momento, formula à sociedade e suas organizações, bem como aos poderes públicos, novas e crescentes colocações, solicitações e desafios, sempre mais complexos pela sua natureza, mas, também, em função das profundas transformações que, a nível global, nos apresentam a rápida evolução das novas tecnologias de informação e comunicação, impondo inesperados novos comportamentos, fenómenos e exigências. Frente aos desafios emergentes, frutos das mudanças do nosso cenário externo e dos progressos realizados, o PAICV assume o compromisso de implementar uma **AGENDA DE DESENVOLVIMENTO**, para que **CABO VERDE seja uma Terra de Prosperidade, COM MAIS CRESCIMENTO, MAIS EMPREGO, MAIS COESÃO SOCIAL, MELHOR HABITAÇÃO E MAIS SEGURANÇA.**

A nossa Governação será de Compromissos, de Valores e de Princípios.

E, com a responsabilidade e a solidariedade social e patriótica de todos, construiremos uma economia robusta, que dê uma resposta mais efectiva ao desemprego e à pobreza, contribua para reabilitar e fortalecer o capital social e projete o nosso país para novos e melhores índices de desenvolvimento humano.

Por isso, e neste mundo de incertezas, mas de esperanças, construiremos modelos de desenvolvimento económico que potenciem os nossos atributos competitivos e as nossas vantagens comparativas, na perspectiva de criar riqueza nacional e promover a boa redistribuição dos recursos gerados em termos de emprego, salários justos, bom sistema de ensino, bom serviço de saúde, acesso a habitação condigna, energia e água, ao lazer da cultura e a um bom meio ambiente.

Para tanto, o calendário futuro que propomos é de, juntos, construirmos **NOVOS HORIZONTES DE ESPERANÇAS E DE CERTEZAS**, de sólidas pontes entre o universo da política e as diferentes formas de organização da sociedade e dos cidadãos, em que todos – absolutamente todos – são parte activa, com voz e vez.

5. CONSTRUIR



**NOVOS HORIZONTES
DE ESPERANÇAS E DE CERTEZAS**

Os desafios advenientes do processo de globalização, incitam-nos a mobilizar todas as forças vivas da Nação, os agentes económicos, as associações profissionais, as organizações da sociedade civil, o setor público, enfim, os setores dinâmicos da sociedade, para juntos, construirmos uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento, assente numa Nova Agenda Económica.

O PAICV é um Partido com uma longa história que se confunde com a história do Cabo Verde contemporâneo. Com Amílcar Cabral, o nosso Partido protagonizou a luta para a Independência Nacional, para a recuperação da dignidade das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos; o PAICV edificou, a partir de 5 de Julho de 1975, as bases do Estado de Cabo Verde que vieram a revelar-se sólidas e credíveis e conquistou o reconhecimento internacional; o PAICV despoleitou e impulsionou a abertura ao multipartidarismo, reforçando a construção da democracia; o PAICV, nestes últimos quinze anos, transformou e modernizou o país, lançando bases irreversíveis para que Cabo Verde venha a ser um país desenvolvido.

Daí que esta Plataforma Eleitoral se posicione como uma agenda de ideias substantivas para a construção de compromissos renovados, orientada para a materialização de um sonho acalentado há várias gerações: Um Cabo Verde desenvolvido.

Esta plataforma é o resultado de um amplo debate com a sociedade e enforma uma visão clara e consensual, partilhada, alargada e assumida por uma grande maioria da sociedade cabo-verdiana: Trata-se de construir **uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos e um país desenvolvido no horizonte 2030.**

Para o efeito, mobilizaremos as amplas competências da sociedade para a construção de novas e necessárias dinâmicas políticas, económicas e sociais em Cabo Verde, que nos situe, com solidez, nas novas dinâmicas mundiais, e, com um novo ritmo e um novo ritual, sejamos capazes de enfrentar e ganhar os dilemas que necessariamente têm de ser enfrentados e vencidos, para que seja possível satisfazer, no Horizonte de 2030, a nossa ambição de transformar Cabo Verde num país desenvolvido.

5.1. Uma nova Agenda Económica

A complexidade e os desafios dos novos tempos exigem capacidade coletiva de análise, previsão e adoção antecipada de estratégias, enquanto caminho, que assegurem um Estado social, económico, cultural e politicamente sólido, capaz de enfrentar e gerir as constantes transformações a que a globalização nos impõe permanentemente. Considerando o caminho percorrido por Cabo Verde no seu processo de desenvolvimento, onde a 1ª Fase – 1975 a 1990: caracteriza-se pela Estruturação, Construção e Desenvolvimento do Estado; a 2ª Fase – 1991 a 2000: Privatizações e Liberalização da Economia, e a 3ª Fase – 2001 a esta parte: Transformação do País, criando bases sólidas para o Desenvolvimento e face ao novo quadro de desenvolvimento e as suas demandas, é imperativo refletir profundamente sobre a melhor adequação dos instrumentos económicos e financeiros aos desafios atuais e futuros do País.

Assim, entendemos que a 4ª Fase, de DESENVOLVIMENTO ACELERADO DO PAÍS, a iniciar em 2016, deve assentar na consolidação e mudança,

perspectivando a sedimentação, estabilização e, fundamentalmente, um período de **CRESCIMENTO ECONÓMICO ROBUSTO E SUSTENTÁVEL**, orientada para uma forte promoção do emprego e geração de rendimentos para as FAMÍLIAS e empresas.

A governação do PAICV tem condições para criar, em média, entre 15.000 a 25.000 postos de trabalho por ano na próxima legislatura. Tal projeção estriba-se nas perspetivas criadas, entre outras, nas alterações estruturais produzidas pela infraestrutura física e institucional; na forte expansão do turismo com grandes empreendimentos em curso e assegurados; na dinâmica fortemente crescente das pescas; no eclodir do agro-negócio e a entrada em funcionamento das novas barragens; na retoma já encetada do Investimento Direto Estrangeiro, bem como na evolução das energias e das TIC.

Propomos uma Nova Agenda Económica, alicerçada no firme compromisso com Cabo Verde e sempre com os Cabo-Verdianos, fundada num diálogo permanente com todos os atores econó-

micos, políticos, religiosos e da sociedade civil, visando construir os grandes consensos nacionais para acelerar o processo de transformação de Cabo Verde numa plataforma internacional de serviços de alto valor agregado.

Desde logo, a nova agenda económica estrutura-se a partir dos seguintes eixos fundamentais:

- Consolidação de Sectores Estratégicos
- Edificação de uma economia liderada pelo sector privado
- Melhoria do ambiente de negócios e da regulação económica

A implementação da nova agenda económica, de entre outros ganhos imediatos, vai potenciar os seguintes resultados:

- A capitalização das vantagens comparativas e naturais de Cabo Verde (Mar, localização geoestratégica, cultura, paz social, estabilidade política e financeira, segurança jurídica dos investimentos, etc.);
- Promoção de uma economia moderna, de alto rendimento e baseada na prestação de serviços de qualidade, aliada a um tecido produtivo e empresarial forte e gerador de emprego;
- Qualificação e especialização estratégica do capital humano, fundamental para viabilizarem o desiderato de transformar Cabo Verde num centro de excelência de prestação de serviços de alto valor acrescentado na nossa sub-região;
- Consolidação de setores estratégicos, nomeadamente o turismo, o agro-negócio e as pescas, pela geração de emprego e potencial de complementaridade;
- Reforma do setor empresarial público e o fortalecimento e densificação do setor privado, através de uma melhor combinação das políticas fiscais com as do capital humano;
- Promoção de consensos nacionais sobre as prioridades de desenvolvimento a longo prazo;
- Preservação e consolidação da estabilidade macroeconómica, política e social;
- Promoção do desenvolvimento equilibrado das ilhas, através da definição de Estatuto para territórios de baixa densidade populacional, adotando estratégias adequadas aos seus desafios, numa lógica de desenvolvimento sustentado e reforço da coesão territorial.
- Continuação da aposta em serviços e infraestruturas de qualidade para o reforço da competitividade;
- Promoção, cada vez mais, de um ambiente de negócios favorável e potenciador do desenvolvimento do tecido empresarial;
- Criação do Estatuto do Investidor Emigrante que promova a transferência do conhecimento e a rentabilização das remessas;

O país encontrou um rumo. Estes anos de governação do PAICV trouxeram uma nova esperança a Cabo Verde. Mostraram que as cabo-verdianas e os cabo-verdianos são capazes de

construir a pátria a que aspiram. Há muito caminho pela frente, muitos desafios, mas a Nação está confiante e acredita que podemos vencer.

5.1.1. Consolidação dos Sectores Estratégicos

Cabo Verde deverá posicionar-se como uma plataforma de prestação de serviços para o mundo, em geral, e no Atlântico, em especial. Os nossos recursos naturais, além dos nossos recursos humanos, são a nossa localização estratégica, o mar, o sol e o vento.

Trabalharemos para consolidar a base produtiva do país, reforçando o papel de Cabo Verde como uma plataforma/Hub internacional de prestação de serviços de alto valor acrescentado, nomeadamente na consolidação dos sectores estratégicos para a Agenda de Desenvolvimento e tirando proveito do forte potencial criativo do povo cabo-verdiano e dos investimentos já realizados em infraestruturas e no mundo rural.

Iremos transformar estes recursos em vantagem competitiva para a nossa Nação. Especificamente pretendemos construir uma base produtiva alargada e uma economia competitiva, através do desenvolvimento dos sectores económicos que es-

tão numa fase mais avançada de organização: o Turismo, a Economia Marítima, o Agronegócio, as Economias Criativas e as TIC. Estes sectores constituirão a nossa principal prioridade a curto e médio prazo. Iremos trabalhar, em paralelo, na consolidação e desenvolvimento de três outros Sectores: os Serviços Financeiros, as Energias Renováveis e o Aeronegócio.

Uma atenção especial será dada à consolidação da Governação dos Sectores com quadros institucionais sólidos. A estrutura de governação deve incluir tanto o setor público como o privado e deve facilitar a eficiência, a eficácia e a rapidez, e, ao mesmo tempo, criar e implementar programas sólidos que sejam capazes de apoiar o desenvolvimento e o crescimento do Setor. Além disso, essas estruturas devem ter a capacidade de coordenar o Setor, promover a ação coletiva e ter autoridade para reunir os sectores público e privado para impulsionar o respectivo desenvolvimento.

5.1.1.1. Turismo: Cabo Verde como destino de referência

Consolidar o setor do turismo, com ênfase em novos produtos de alto valor, diversificando as nossas ofertas; dinamizar a economia do turismo em todas as nossas ilhas, promover destinos internos e diversificar as nossas fontes de turistas para garantir mais resiliência ao setor será o nosso propósito. Criar facilidades para mobilizar mais investimentos externos, acelerar a implementação dos investimentos externos que já foram assinados ou que estão numa fase avançada de negociação serão as nossas prioridades no setor para podermos dar um impulso imediato ao crescimento económico e à criação de mais empregos.

Vamos trabalhar para melhorar a governação e a gestão do Setor, colocando ênfase no marketing e na promoção, expandindo a formação e, ao mesmo tempo, construindo a consciência pública para qualificar os diferentes destinos nacionais.

Na linha da estratégia de “um país, dez destinos” trabalharemos o desenvolvimento do turismo na óptica da diversificação da oferta turística, por forma a potenciar as vantagens comparativas de cada uma das ilhas e/ou Regiões enquanto destino turístico de referência, envolvendo, para tal, os stakeholders a nível local e/ou regional.

Assim, o quadro institucional do turismo será reanalisado para ver a pertinência do reagrupamento de diversas instituições existentes, ajustando as estruturas e instituições de modo a termos uma insti-

tuição forte e capaz para assumir a gestão do setor, realizar a promoção, atrair e apoiar os investidores, facilitar as ligações entre o Turismo e os outros sectores da economia, permitir uma maior participação nacional e servir como um catalisador para atrair capital para desenvolver as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI), através de parcerias público-privadas.

A nossa meta é atingir 1 milhão e 200 mil turistas no fim da legislatura. Os empreendimentos em curso e em carteira já assegurados, num valor de mais de 400 milhões de euros garantem desde já o cumprimento da meta, entre os quais: o Hotel Hilton do Sal, o Hotel Hilton da Praia, o Lanas Beach, o Hotel do Ilhéu de Santa Maria na Praia, o Hotel da Quebra Canela, o Grupo Louvre e João d'Evora, o Hotel da Lusofonia, o White Sands, o Lacacção Barceló, o Decameron, a extensão do RIU Touareg. Com estes investimentos, projeta-se criar cerca de 15.000 novos empregos no turismo até 2021.

As iniciativas em curso, tal como a constituição do Fundo Afroverde, vão permitir cumprir o objectivo fixado pelo PAICV para a legislatura de estender o turismo a todas as ilhas do país. Iremos introduzir um programa de promoção e apoio do turismo de natureza e rural, incluindo a transformação de prédios rústicos de particulares para construção de pousadas ou estâncias turísticas. O turismo familiar será estimulado através de linhas de microcrédito.

5.1.1.2. Economia Marítima: Um mar de oportunidades

A **economia marítima** encerra um potencial enorme tendo em conta a vastidão do nosso mar, propiciando as condições para que nos tornemos no Horizonte de 2030, uma das maiores potências económicas marítimas do Atlântico Sul.

É nosso firme propósito reforçar a capacidade institucional do setor, realizar as reformas para garantir um setor mais atrativo para os investidores, desenvolver mais acordos de parceria com o setor privado, e facilitar o desenvolvimento de capacidades para os operadores do setor.

A economia do mar é composta por diferentes setores interdependentes, que se baseiam em competências comuns e infraestruturas partilhadas e dependem de uma utilização sustentável do mar por parte de todos.

É nossa ambição transformar São Vicente num centro de referência na prestação de serviços de apoio ao comércio internacional e às frotas maríti-

mas que navegam pelas nossas águas e pelo Atlântico.

Nesta sede, assume particular relevância o processamento e exportação de pescado, porto de "bunckering", bem como o registo, a reparação e manutenção de navios, e a aceleração do processo, em curso, de criação de um sistema de transporte marítimo mais seguro, previsível, eficiente, e menos oneroso, que catapultará Cabo Verde para um outro patamar de aproveitamento do potencial de negócios deste importante setor de desenvolvimento.

Continuaremos a construir e a modernizar as infraestruturas de pescas, consolidando o Porto de Pescas do Sul (Porto da Praia), o Porto de Pescas do Norte (Porto Grande) e o Porto de Pescas do Centro actualmente na fase final de modernização (Porto de Palmeiras), criando assim um tridente de apoio aos armadores de pesca.

Pretendemos um crescimento económico assente nas potencialidades da economia marítima!

Se contabilizarmos todas as atividades económicas que dependem do mar, o potencial da economia marítima de Cabo Verde poderá representar milhares de empregos e milhões de Escudos cabo-verdianos de rendimento por ano, na medida em que boa parte do comércio interno e externo do país é efetuado por via marítima.

O mar e as costas constituem uma plataforma fundamental para a economia e o desenvolvimento de negócios. Os portos e as comunidades costeiras, dados a sua configuração geográfica aberta ao mundo, são centros potenciadores de novas ideias e de inovação.

Nos tempos que correm, três elementos ajudam a enformar a economia do mar:

- O rápido desenvolvimento tecnológico, que permite realizar operações no alto mar a profundidades cada vez maiores;
- A consciência da exiguidade e das limitações do solo enquanto recurso potenciador do desenvolvimento;
- A necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, através da possibilidade de implantação de instalações de produção de energia renovável ao largo.

Para a estruturação das componentes da Economia Marítima promoveremos:

- O ordenamento do espaço marítimo e a gestão integrada das zonas costeiras;
- A criação de condições de segurança jurídica para os investidores;
- O reforço da pesquisa e do conhecimento do meio marinho;
- A simplificação dos procedimentos administrativos para o transporte marítimo;
- A promoção da vigilância marítima integrada, de modo a termos o panorama global do mar;

- A dinamização da aquacultura e da piscicultura;
- A promoção do turismo náutico;
- A prospecção mineira dos fundos marinhos.

Promoveremos a modernização contínua do setor das pescas!

O potencial do setor para o crescimento do PIB é por demais conhecido, bem como o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a garantia da segurança e soberania alimentar, na geração de postos de trabalho, na redução da pobreza e no incremento do volume das exportações do país. Potenciaremos os investimentos já realizados no

setor das Pescas como a plataforma de frio e portos, com a subconcessão da gestão dos portos e dos estaleiros navais de Cabnave a consórcios do setor privado por forma a incrementar a dinâmica deste importante eixo do desenvolvimento.

É, igualmente nosso propósito promover o desenvolvimento integrado do setor, assente nos seguintes eixos estratégicos:

- Desenvolvimento da pesca semi-industrial e industrial adotando um programa de requalificação/substituição da frota nacional de pesca semi-industrial e industrial, que favoreça o aumento e diversificação da captura, bem como o escoamento regular de produtos provenientes desse subsector.
- A aquacultura como alternativa à pesca extrativa, adotando planos e estratégias conducentes ao desenvolvimento da aquacultura, incentivos à instalação de quintas de aquacultura, bem como assegurando expertise e o know-how necessário;
- A Transformação/agregação de valor e incremento da captura na pesca artesanal devendo-se criar condições para o surgimento de novas indústrias de processamento de pescado, bem como o seu desenvolvimento e internacionalização, para além de ações conducentes à materialização de unidades de agregação de valor no subsector da pesca artesanal, como forma de incrementar rendimento e, indirectamente, melhorar as condições de vida dos intervenientes ligados a esse subdomínio.
- A Segurança e qualidade dos produtos das pescas pelo reforço das entidades com competência na avaliação da conformidade do pescado, pugnando-se pelas ações conducentes ao incremento contínuo da qualidade dos produtos das pescas, por via da inspeção sanitária e da certificação dedicada.
- As Infraestruturas de apoio às pescas com atenção especial ao mapeamento das necessidades nessa área, promovendo a sua materialização/requalificação, bem como ao seu apetrechamento com equipamentos e acessórios necessários à atividade. Considerando o desiderato de transformar Cabo Verde num "hub" das pescas serão (re) centradas as atividades numa lógica de prestação de serviços de alto standing para a frota pesqueira nacional e estrangeira.
- A Investigação como fator de sustentabilidade e de desenvolvimento e fiscalização da atividade pesqueira pelo que será promovida a capacitação institucional integrada das entidades ligadas à investigação pesqueira, como suporte à implementação de políticas no que respeita à captura e identificação de áreas prioritárias de apoio ao desenvolvimento. Por outro lado, serão reforçadas as atividades das instituições ligadas à fiscalização da Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde, assente numa lógica de complementaridade com as autoridades dos países vizinhos e com os países com os quais existem acordos de parceria no domínio da vigilância marítima de Cabo Verde.
- O Financiamento ao setor das pescas no âmbito de novas fontes e mecanismos de financiamento, em que o setor das pescas terá tratamento adequado à especificidade da sua sazonalidade.
- A Formação/Capacitação merecerá a maior atenção, para que o setor esteja à altura dos desafios, tanto os específicos do setor, como as exigências decorrentes de novos acordos internacionais.

Apostaremos no Transporte Inter-Ilhas como fator de Mobilidade e Integração!

O actual sistema de transporte Inter-ilhas, não obstante os esforços de organização e de investimentos efetuados, quer por privados, quer pelo Estado, comporta, ainda, importantes desafios. Assim, o Governo do PAICV trabalhará:

- Na modernização, clarificação e reforço do quadro regulatório e na organização de uma proposta arrojada de serviço público/privado de transporte Inter-Ilhas que potencie o comércio e as mais-valias das diferentes ilhas;
- Na estruturação de um sistema de transportes Inter-ilhas baseado nos princípios de segurança, regularidade e previsibilidade, com custos reduzidos e que garanta a confiança dos utentes e dos operadores económicos;
- Na mobilização de parcerias necessárias para atrair o investimento privado para o setor;
- Em soluções de financiamento aos operadores para modernizar as frotas de transportes Inter-ilhas;
- Na aceleração da reforma do setor, garantindo, através de contratos de concessão, a operação das diversas linhas nacionais e com o exterior;
- Na definição de mecanismos de subsídio da prestação do serviço público obrigatório nas linhas deficitárias, viabilizando os investimentos necessários para assegurar, com regularidade, a circulação de pessoas e bens entre as ilhas.

Implementando uma Plataforma Logística do Atlântico!

Cabo Verde deve posicionar-se como a principal plataforma logística do Atlântico Sul. As características físicas territoriais do país, nomeadamente a profundidade superior a 30m em algumas ilhas, aliada à nossa localização geoestratégica constituem condições propícias para alavancar uma ambiciosa projecção do desenvolvimento de Cabo Verde que nos posicionará como um HUB de Transshipment da circulação marítima no Atlântico Sul. A receção e redistribuição de toda a carga proveniente do Índico e da América do Sul (no seu

caminho para a Europa), poderá representar um mecanismo de receção e fracionamento da carga de grandes navios, com impacto na redução dos custos de transporte intercontinental.

Por outro Lado, o País, pela sua estabilidade política, tem um enorme potencial para se erigir como uma base logística de agregação de valor para a indústria, criando condições de atração e instalação de indústrias, com vista à reexportação para o mercado africano, nomeadamente da nossa sub-região. Assim, o Governo do PAICV promoverá:

- A implementação do projecto PORTO de ÁGUAS PROFUNDAS bem como a criação de incentivos de competitividade, com vista a atrair, para Cabo Verde, a cadeia de valor do negócio de Transshipment e Bunkering;
- A análise do mercado e das rotas marítimas no Atlântico Sul;
- A criação de condições de atratividade para a instalação de empresas e indústrias estrangeiras para a agregação de valor no território nacional, visando a reexportação;
- A criação de condições para a realização de parcerias e negócios entre empresas nacionais e estrangeiras para o aproveitamento de acordos e facilidades de que o país beneficia (nomeadamente a facilidade de acesso ao Mercado da CEDEAO, o AGOA (EUA e Canadá) e SPG+ da União Europeia).

5.1.1.3. Agro-Negócios: Empresarialização do sector

Com os investimentos realizados no mundo rural, a Agricultura e a Pecuária tornaram-se atrativas e viradas para o mercado com impactos visíveis na economia, no emprego e no rendimento das famílias rurais que materializam, assim, a nossa visão para o setor, que se consubstancia numa “agricultura moderna, sustentável e competitiva, capaz de satisfazer as demandas dos mercados nacional, turístico e da diáspora e responder de forma satisfatória e sustentável aos desafios da segurança alimentar e nutricional e da redução da pobreza.” As estratégias continuarão a incidir sobre a maximização dos investimentos realizados na infraestrutura hidráulica rural, com uma gestão e aproveitamento hidroagrícola de forma sustentável, com a incorporação de 100% de energias renováveis nos sistemas de bombagem, assegurando o aumento da produção e produtividade em cerca de 50%, com base nos processos de modernização, utilização intensiva de tecnologias mais avançadas de produção e na expansão da irrigação atingindo 15% da área cultivável, e explorações pecuárias

mais modernas, melhoramento de raças animais e desenvolvimento da pecuária semi-industrial.

Com o aumento substancial da produção agrícola e pecuária e da sua disponibilidade ao longo do ano, iremos reduzir substancialmente as importações, nomeadamente em 40% nos produtos hortícolas. Para além de continuar a apostar na mobilização de mais água, com a construção de mais infraestruturas hidráulicas e o ordenamento de mais bacias hidrográficas, as estratégias continuarão a incidir sobre a maximização dos investimentos realizados na infraestruturação hidráulica rural, com uma gestão e aproveitamento hidroagrícola de forma sustentável, maior incorporação das energias renováveis nos sistemas de bombagem, assegurando o aumento da produção e produtividade, com base nos processos de modernização, utilização intensiva de tecnologias mais avançadas de produção e na expansão da irrigação, e explorações pecuárias mais modernas.

Valorizaremos a produção agrícola, apostando fortemente em:

- Promover e apoiar na organização da produção agropecuária e desenvolvimento da cadeia valores, melhorias em infraestruturas de apoio à comercialização, e sistema de qualidade para os produtos hortofrutícolas, com incentivos ao setor privado para o aumento da sua participação em toda a cadeia do agronegócio.
- Promover e apoiar na organização dos produtores, adotando estratégias para promover o associativismo e o cooperativismo, como instrumentos de agregação de valor, de gestão e de criação de uma economia de escala na agricultura.
- Melhorar o acesso ao financiamento no setor, com uma política de crédito e micro seguros que respondam às necessidades do setor agrícola e assegurar um ambiente facilitador do investimento do setor privado visando a dinamização e empresarialização do setor e a sua integração na cadeia de valores do turismo, o aumento contínuo da produção interna e a redução da importação de produtos agrícolas.
- Aumentar grandemente o fornecimento do mercado turístico de produtos agrícolas nacionais;
- Reforçar as capacidades institucionais e organizacionais, que deverão traduzir-se particularmente numa aposta na qualificação e capacitação profissionais, na colocação da ciência, da tecnologia e da inovação ao serviço dos agricultores.
- Continuar a apostar na empresarialização do setor e transformar os agricultores em verdadeiros empresários; fazer da agricultura uma plataforma de criação de emprego para os jovens, através de reforços das competências técnicas e de empreendedorismo.
- Apostar na criação de centros pós-colheita e centros de transformação agroalimentar, visando a agregação de valor aos produtos nacionais e o aumento de rendimentos para os agentes do setor.
- Dar maior segurança aos direitos fundiários para proteger os agricultores, resolver os conflitos e fomentar o investimento.

Modernizar a agricultura e desenvolver o agronegócio requer que tenhamos igualmente uma visão holística do desenvolvimento rural, ligado às outras dimensões do desenvolvimento socioeconómico, tais como: mais e melhor educação/formação profissional; mais e melhor acesso à saúde, à água,

à energia, ao saneamento; maior desenvolvimento dos transportes, estradas de penetração, comunicações, e internet.

Com a nossa visão e estratégias para a agricultura, e os investimentos em curso e assegurados estaremos a realizar as metas principais para a legislatura:

- Aumentar a área irrigada de modo a aumentar a produtividade agrícola em 50%
- Mobilizar mais 62 milhões de metros cúbicos de água para rega, incluindo 8 novas barragens
- Realizar 100% de energias renováveis na bombagem de água
- Reduzir a importação de hortícolas em 40%
- Fornecer 70% do mercado turístico com produtos nacionais.

5.1.1.4. Energias Renováveis: Materializar o potencial do mercado da CEDEAO

Fizemos um grande progresso no setor da energia. Hoje, o acesso à eletricidade é quase universal, levando-a a todos os cantos do país, melhorando grandemente as condições de vida das famílias, sendo que 30% é proveniente de fontes renováveis. Queremos construir uma economia verde, reduzir o custo da energia, e aumentar a qualidade dos serviços. Mais energia e a baixo custo tornará mais atrativas as condições para a instalação das indústrias, contribuindo, assim, para a geração de mais emprego e mais rendimentos.

A nossa meta é realizar 100% de penetração de energias renováveis no horizonte de 2030. Para o efeito, realizaremos investimentos que permitam incrementar gradualmente o grau de penetração de energia renovável e diminuir a importação de

combustível fóssil; iremos incentivar, fortemente, a micro-geração, de modo a incrementar a autonomia do consumo em edifícios, residências, iluminação pública em localidades remotas, e continuaremos a apostar em parcerias público-privadas para aumentar os parques de produção de energias limpas.

A instalação do CERMI e da ECREE em Cabo Verde é uma grande oportunidade para Cabo Verde. Aproveitaremos o potencial destes centros para atrair empresas de produção de componentes para os sistemas de produção de energias renováveis, empresas de formação e criação de capacidades para o setor, explorando, a partir de Cabo Verde, o grande mercado da CEDEAO, com mais de 300 milhões de potenciais consumidores.

5.1.1.5. Cultura: Nossa Identidade

A nossa cultura é o maior elo de ligação e de definição da nossa cabo-verdianidade, em qualquer parte do mundo, assumindo-se como a nossa verdadeira identidade.

Os nossos produtos culturais têm sido os nossos maiores “embaixadores” no mundo.

As economias criativas vêm crescendo no mundo de forma substancial, nas últimas décadas, demonstrando a sua capacidade de resistir às crises económicas e de estimular uma cultura empreendedora na juventude. Ao mesmo tempo, as economias criativas possuem grande apetência para a criação de empregos e de inclusão social, em função dos amplos complexos produtivos dos setores criativos. Trata-se de um modelo de desenvolvimento inclusivo e comprometido com a inovação.

Cabo Verde é portador de grande potencial cultu-

ral material e imaterial de conteúdo criativo e valor económico, abrangendo todos os setores que envolvem a criação (artística ou intelectual), assim como os produtos e serviços ligados à fruição e difusão (museus, turismo cultural, património histórico, salas de espectáculo, produção de conteúdos informáticos, etc.). A economia criativa será um fator crítico para acrescentar valor ao nosso turismo. Como tal, iremos facilitar as ligações entre a cultura e o turismo, através de uma melhor coordenação e planeamento institucional, além de promover o turismo de eventos em torno dos nossos inúmeros festivais culturais e religiosos.

Teremos de assegurar que, através da criação de um quadro robusto de direitos de propriedade intelectual e proteção, os nossos artistas e os nossos criadores vivem do seu trabalho.

Investir em infraestruturas artísticas, inovar os circuitos, para estimular a criação e difusão, a circulação e distribuição, e o consumo e a fruição do produto da nossa cultura deverá ser uma aposta prioritária! Qualificar os produtos artesanais e apoiar a organização dos produtores, de modo a potenciar a op-

timização do aproveitamento das oportunidades do setor, através da promoção de uma rede de exposição e difusão de produtos culturais, para facilitar a comercialização, será um firme propósito para potenciar o setor.

5.1.1.6. Aero-Negócios: Hub do Atlântico

Desde os primórdios da indústria aeronáutica, Cabo Verde esteve sempre nas rotas dos voos intercontinentais e voos de longo curso, devendo-se isso ao facto de sermos o único país localizado a menos de 4 horas das Américas e da Europa e a menos de 1 hora do Continente Africano.

O nosso país comporta, actualmente, 7 aeroportos, sendo 4 internacionais, sendo que o Aeroporto Amílcar Cabral detém uma das maiores pistas do nosso continente, muito utilizada pelos maiores aviões comerciais do mundo (cargo e voos experimentais da NASA).

A paixão dos cabo-verdianos pela aviação proporcionou ao país uma carteira de pilotos experientes,

sendo referenciados pelos seus pares como dos melhores da sua região, juntamente com a equipa de técnicos de manutenção e pessoal de terra muito experientes, competentes e hábeis.

Tudo isso, adicionando o facto de que, a nível de Aviation Safety, o nosso país é um dos poucos países região que detém a Categoria 1 (atribuído pela Organização Internacional da Aviação Civil-ICAO), Cabo Verde tem todas as condições para se posicionar como uma grande plataforma aeronáutica, tornando-se, assim, um potencial líder desta indústria na sua região.

Assim, propomos:

- A criação do Centro de Apoio às Companhias Aéreas, em escala para voos intercontinentais (transfer de passageiros e cargas entre a África/ a América do Sul/ a Europa);
- A mobilização de parcerias para a criação do Centro de Manutenção Aeronáutica;
- A mobilização de parcerias para a criação da Escola Africana de Aviação;
- O estabelecimento, em Cabo Verde, de uma plataforma logística e de reexportação de produtos aerotransportados (produtos perecíveis);
- A mobilização de indústrias de componentes aeronáuticos para a instalação em Cabo Verde;
- O aprofundamento da reflexão sobre o processo actual de subconcessão da gestão dos nossos aeroportos, com a possibilidade da sua abertura ao setor privado, como forma de atrair capitais e mercados na criação de um Hub de transporte aéreo interatlântico;
- O fomento, a dinamização e a ampliação da zona duty-free de modo a atrair e rentabilizar os voos internacionais de escalas;
- A promoção de parcerias público-privadas para a exploração de oportunidades de ligação inter-ilhas (com táxis aéreos), promovendo a mobilidade de nacionais e turistas e dinamizando o turismo interno;
- O reforço da capacidade institucional para a governança e gestão do setor.

5.1.1.7. Tecnologias de Informação e Comunicação: Um Posicionamento Estratégico

As TICs constituem, hoje, um novo conceito de posicionamento estratégico para a competitividade das Nações. Um país com uma base tecnológica evoluída e recursos humanos capacitados em TICs aporta uma vantagem comparativa e um elemento diferenciador, que se erige como fator de atratividade de importantes investimentos, nos mais variados domínios. Cabo Verde deu passos significativos na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento das TIC's, ao ponto de se ter transformado numa referência regional e case study em vários centros mundiais. Com a implementação do NOSI e a adoção do Programa Estratégico para a Sociedade de Informação e do Plano de Acção para a Governação Electrónica, o País capacitou-se ao ponto de, nos últimos anos, ter iniciado, negociado e implementado projectos na área das TIC's de âmbito internacional, exportando serviços e Know How que, conjugados com a recente construção do Centro de Dados do Estado, se estruturam como os alicerces para a instalação do Parque Tecnológico e a densificação

de um verdadeiro Setor das TIC's.

Cabo Verde é Top 10 dos melhores inovadores africanos e integra a lista dos países mais dinâmicos do mundo na promoção das TICs, ao ponto de, nos últimos anos, ter recebido o Prémio Africano de Inovação para o Setor Público com o projecto SIGOF (sistema integrado de gestão orçamental e financeira, desenvolvido pelo NOSI) que veio reforçar a transparência, a eficiência e a eficácia na gestão da coisa pública.

A nossa ambição é fazer de Cabo Verde um iEstado (Integrated State) inovador nas diferentes áreas de atuação, nomeadamente no iGov, na sociedade e na educação, na saúde, nos negócios, nas relações entre cidadãos, Estado e empresas, na cultura, na política e nos serviços e posicionar-se no 2º lugar em África no Índice de Desenvolvimento Tecnológico, reduzir o fosso digital, proporcionar banda larga para todos e atingir a meta de 70% de taxa de penetração da internet.

Para tal, promoveremos:

- Novas formas de financiamento ao investimento no setor e criação de condições de atratividade;
- Um forte investimento no fomento do empreendedorismo tecnológico, no desenvolvimento de capacidades, na promoção de uma sociedade de conhecimento e na inclusão digital;
- O reforço do quadro regulatório, na perspectiva de garantir mais igualdade de oportunidades e uma sã concorrência entre as empresas do setor;
- A dinamização do Cluster TIC, através da conjugação de ações e esforços de integração de toda a cadeia de valor, bem como da promoção e internacionalização dos produtos e serviços TIC made in Cabo Verde;
- Baixar em 35% o preço dos serviços de telecomunicações e internet
- O desenvolvimento de um Plano Nacional para Ciência, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo, envolvendo o Estado, as Universidades, os Centros de Investigação, o Setor Privado, que posicione Cabo Verde nas redes internacionais de investigação, Inovação e Liderança na nossa sub-região;
- A promoção da utilização de software "open source" na administração pública e nas escolas;
- A dinamização da Instalação do Parque Tecnológico e a criação de incentivos fiscais para atração de grandes empresas de base tecnológica;
- A rentabilização do Data Center do Estado orientando-o para um modelo de gestão empresarial de excelência, criando condições especiais de acesso para as empresas públicas e privadas aos seus serviços e facilidades complementares, fomentando, assim, um ecossistema orientado para o desenvolvimento de negócios e a consolidação da estratégia nacional de desenvolvimento do setor TIC.
- A implementação de programas de capacitação, formação e reconversão de quadros em novas tecnologias, beneficiando quadros jovens em situação de emprego precário ou em situação de desemprego, e potenciando novas oportunidades de negócios e empregabilidade.

5.1.1.8. Setor Financeiro: Impulsionador de Desenvolvimento

O setor financeiro desempenha um papel crucial no nosso processo de desenvolvimento.

Vamos continuar a garantir a estabilidade financeira por meio de políticas monetárias prudentes, fortalecer as nossas instituições financeiras, alargar, aprofundar e expandir o setor financeiro de modo a garantir um sistema forte, moderno e que suscite cada vez mais confiança dos investidores e de outras praças financeiras.

É, igualmente, nossa pretensão, reforçar e incentivar a Bolsa de Valores visando a atração de empresas, para criar produtos inovadores e desenvolver o mercado de capitais, sem deixar de acautelar a criação de um quadro regulatório eficaz do mercado e facilitar o desenvolvimento da proteção dos investidores no mercado de capitais.

As microfinanças deverão merecer uma atenção especial da nossa parte, pelo que nos empenharemos no seu desenvolvimento, impulsionando-as, e expandindo as suas potencialidades no desenvolvimento das ilhas, através da captação de pequenas poupanças e facilitação do acesso ao microcrédito. Há que garantir uma entidade reguladora atuante e forte, cada vez mais credível e independente, que aja cada vez mais na prevenção, de modo a garantir o bom funcionamento do sistema, sem descontinuar a aposta na modernização do quadro regulatório, por forma a tornar o sistema atrativo para grandes investidores, potenciando a transformação do País numa importante e credível praça financeira na sub-região.

Estaremos, pois, no próximo mandato, a promover a modernização e a diversificação da oferta dos

produtos e serviços financeiros, incentivando as instituições financeiras públicas e privadas a introduzir novas ofertas, nomeadamente o Leasing, o factoring, os produtos de complemento poupança-reforma (PPPR), o project-finance e os fundos de investimentos.

Avançaremos com a criação do Conselho Consultivo Estratégico para o Setor Financeiro, onde, para além do Governo, terão assento o Banco Central, as instituições financeiras e a Bolsa de Valores, de modo a que todos os players do sistema possam reflectir e participar ativamente na definição das recomendações estratégicas para a materialização da Praça Financeira cabo-verdiana, que se quer moderna, forte e credível. No fundo, o que pretendemos com esse Conselho Consultivo é edificar uma relação de proximidade permanente entre as instituições do setor financeiro, o governo e o meio empresarial, de modo a responder, de uma forma atempada, às necessidades do mercado, no que tange à injeção de capital para o financiamento contínuo do setor privado, a dinamização da economia e o acompanhamento sistemático da sua dinâmica e impacto.

Fomentar e acelerar a criação de um Sistema de Informação de Crédito com vista à redução da assimetria de informações, aumentar o conhecimento sobre o mercado de crédito, facilitando a adoção de políticas que visam a expansão da oferta de créditos com processos de concessão mais simples, mais seguros, mais precisos e com decisões mais céleres, estimulando a disciplina de tomadores e a prática de taxas de juros mais justas.

5.1.2. Edificar uma Economia Liderada pelo Setor Privado

Desenvolver Cabo Verde é uma ingente missão que requer o comprometimento de toda a nação, num esforço coletivo, num diálogo permanente e na busca incessante de uma plataforma de entendimentos e consensos sobre as questões fundamentais.

A ambição de alcançar o patamar de país desenvolvido, no horizonte de 2030, conforme projetado

pelo PAICV, requer a mobilização permanente de todas as cabo-verdianas e de todos os cabo-verdianos, nas ilhas e na diáspora, o estabelecimento de parcerias estratégicas e a diversificação das ancoreiras económicas, assente numa forte diplomacia económica, capaz de mobilizar recursos e atrair investidores.

5.1.2.1. Setor Privado como Motor de Economia

Ao setor privado é reservado um papel central de catalisador da dinâmica económica, no quadro desta nova ambição cabo-verdiana. Enquanto entidade que comporta o essencial da base produtiva, ser-lhe-ão criadas, pelo Governo do PAICV, as condições propiciadoras ao incremento e diversificação de atividades e negócios, reforçando a sua condição de principal gerador de emprego e de rendimentos para as famílias, e assumindo-se como parceiro determinante na realização dos objetivos sociais e fator necessário de estabilidade política e de coesão social.

Uma nova abordagem baseada numa visão compartilhada, diálogo permanente e responsabilidade pública e privada conjunta orientada para a obtenção de resultados concretos será desenvolvida com o setor privado.

Vamos promover acordos de colaboração entre o setor privado e o governo para realizar um planeamento conjunto e desenvolver planos de ação e de recursos, executar programas e fazer o acompanhamento e avaliação dos resultados de modo a permitir a criação de um quadro político coerente, bem como medidas de apoio eficazes e estruturas para o desenvolvimento do setor privado.

O governo PAICV irá velar para um melhor envolvimento do setor privado e garantir-lhe um papel de co-líder na Governança e no desenvolvimento dos diferentes setores económicos, promovendo diálogo permanente para a formulação e implementação das reformas visando a melhoria do ambiente de negócios e o aumento da produtividade e da competitividade do setor privado. O setor privado será um parceiro-chave para o planeamento, implementação e monitorização dos resultados no quadro da materialização desta agenda para o desenvolvimento.

O Governo irá formular políticas públicas para o desenvolvimento do setor privado e do empreende-

dorismo em parceria com as partes interessadas. Isto é crucial, e vamos fazer isso no primeiro ano do IX Legislatura. Há uma necessidade de um consenso alargado com o setor privado sobre como desenvolver o setor privado, melhorar a competitividade das empresas cabo-verdianas e promover o desenvolvimento empresarial. Uma task-force conjunta será criada com o setor privado para formular o plano estratégico e monitorar a implementação com relatórios periódicos.

Vamos capacitar e melhorar a capacidade das instituições encarregadas de apoiar a competitividade como a ADEI. O PAICV acredita que a ADEI tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento do setor privado, na disponibilização de uma plataforma para o diálogo entre o setor privado e o Estado e no apoio à capacitação do setor privado. A ADEI na IX Legislatura sob um governo PAICV vai ter poderes acrescidos para melhor apoiar o setor privado, a fim de aumentar a competitividade nacional.

Vamos conceber e implementar serviços de desenvolvimento empresarial que irão apoiar o setor privado e as empresas individuais. O programa de concessão de financiamento ao setor privado (matching Grant) será redesenhado em colaboração com o setor privado. Serão envidados novos esforços para construir mercados de serviços para melhorar o desempenho das empresas individuais. Entre os serviços a serem prestados estão incluídas ações de formação, consultoria e serviços de aconselhamento, marketing, informações de mercado, apoio às exportações, e à tecnologia da informação, e outras ferramentas que aumentam a produtividade.

O PAICV preconiza o fortalecimento do setor privado enquanto motor da economia.

Para tal, promoveremos:

- Investimentos em setores estratégicos e prioritários através de Project-Finance, por forma a alavancar a dinâmica empresarial privada e a estimular o crescimento da economia;
- A simplificação e a agilização de processos e procedimentos na interação e diálogo entre o Estado e o setor privado, criando um clima de proximidade e confiança propiciador de sinergias conducentes ao desenvolvimento;
- A modernização tecnológica das empresas, através de incentivos e facilitação no acesso a tecnologias de ponta, garantindo o alinhamento estratégico do tecido empresarial nacional com as melhores práticas internacionais, e visando o aumento da produtividade e da competitividade;
- O desenvolvimento de uma estratégia de internacionalização das empresas nacionais que promova, em condições mais favoráveis e de competitividade, o acesso a mercados e o aproveitamento de acordos e facilidades de que o País beneficia;
- A promoção de parcerias público-privadas para a gestão, exploração e manutenção, em regime de concessão, de infraestruturas públicas, visando a sua rentabilização e indução de efeitos potenciadores de crescimento económico.

5.1.2.2. Uma economia impulsionada pela produtividade, eficiência e inovação

O governo PAICV desenvolveu a agenda de transformação para fazer de Cabo Verde uma plataforma global de serviços de elevado valor acrescentado, para promover o desenvolvimento económico rápido e minimizar o impacto da nossa pequena dimensão do país e do mercado e altos níveis de vulnerabilidade. Cabo Verde tem testemunhado êxitos significativos e a nossa agenda para a IX Legislatura é de apostar em acelerar o processo de transformação para garantir que o país realiza a sua visão de desenvolvimento. Mas fazer isso acontecer implica a construção de uma economia impulsionada pela alta produtividade, eficiência e inovação.

Cabo Verde terá que desenvolver uma vantagem competitiva na produção de produtos mais avançados e serviços altamente eficientes. Muitos dos esforços do governo PAICV atual e nosso plano para o IX Legislatura têm como premissa promover a produtividade, eficiência e inovação. O investimento importante em infraestruturas, a criação de uma administração pública amiga das empresas, a aprovação de incentivos ao investimento, o desenvolvimento de competências e a promoção do acesso ao capital de investimento têm sido um foco importante das políticas governamentais para facilitar grandes melhorias.

No entanto, há uma necessidade premente de redobrar os nossos esforços e o governo do PAICV durante a IX Legislatura irá colocar ênfase significativa em preencher as lacunas. Continuará a investir na melhoria da gestão das infraestruturas que foram construídas, melhorar o regime de incentivos do país para tornar Cabo Verde mais atraente para os investidores e, como descrito na seção anterior irá colocar uma ênfase significativa na melhoria do ambiente empresarial através da colaboração público-privada para reformas.

Cabo Verde irá também precisar de desenvolver a sua capacidade de produzir produtos e serviços inovadores na fronteira tecnológica global e, como uma economia impulsionada pela inovação, deverá ter uma elevada percentagem de serviços criativos e ser bastante resistente a choques externos. Para fazer isso acontecer, o governo do PAICV desen-

volverá instrumentos de políticas e programas que incluam o seguinte:

Em primeiro lugar, o governo, em colaboração com o setor privado e outras partes interessadas irá implementar uma política nacional de inovação incluindo a adoção de um Plano Nacional para a Ciência, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo, envolvendo o Estado, as Universidades e Centros de Investigação, o setor privado empresarial. O objetivo é desenvolver planos de ação para melhorar a capacidade da nação para inovar dentro dos clusters da Agenda económica e para facilitar a investigação aplicada e a participação nas redes de internacionais de Investigação. A Inovação será valorizada. Programas serão desenvolvidos em colaboração com as universidades e o setor privado para promover a inovação em setores-chave.

Em segundo lugar, é fundamental intensificar a preparação da população cabo-verdiana para os desafios da sociedade do conhecimento, a níveis de competência elevados, instituindo a aprendizagem ao longo da vida para todos, bem como uma aposta generalizada no desenvolvimento científico e tecnológico para que possa haver a devida apropriação e socialização técnica, organizacional, gerencial (institucional) e com um elevado nível de educação, de formação, e de competências.

Em terceiro lugar, será desenvolvida a sociedade de informação que fará com que a governação eletrónica e a digitalização sejam mais próximas dos cidadãos e acessíveis a todos, que sejam uma ferramenta para a emergência de novas oportunidades económicas, com capacidade para inovar e incrementar a qualidade de vida. Iremos impulsionar e desenvolver programas que permitirão às empresas adotarem tecnologias para aumentar a produtividade e eficiência. Também, comprometemo-nos a continuar a massificação e a utilização das tecnologias de informação, a alinhar os serviços da governação com as necessidades dos cidadãos e das empresas, a potenciar o desenvolvimento económico e a inovação, a capacitar os jovens para responderem às necessidades do mercado e fazerem emergir um forte tecido empresarial.

5.1.2.3. Financiamento do Desenvolvimento

O PAICV reconhece a importância do desafio colocado à implementação da nossa agenda de transformação caso o país não encontrar uma maneira de financiar o seu desenvolvimento.

O Governo do PAICV, para poder libertar recursos internos para financiar o desenvolvimento, irá dar continuidade aos programas em curso de melhoria da gestão financeira e da governação dos mercados financeiros e irá agir no sentido de aumentar as receitas do orçamento, melhorando a eficiência do sistema tributário e das despesas do Estado. Neste quadro de otimizar os recursos do Estado, a unidade de privatização e de PPP será reforçada e actualizada para conclusão do programa de privatização e de desenvolvimento de parcerias público-privadas (PPP), pelo que será estabelecido um quadro apropriado para melhorar o processo de gestão de projectos e a supervisão de grandes projetos de investimento público e PPP. Além disso, as empresas estatais serão reformadas enquanto a privatização e subconcessão serão privilegiadas.

Assiste-se a uma retoma do Investimento Direto Estrangeiro – IDE, que, em 2015, registou um aumento de 30%. O Governo liderado pelo PAICV melhorará as condições de atracção do investimento direto estrangeiro (IDE), por constituir um fluxo estável de capital e de know-how que poderá contribuir para alavancar também projetos de pequenos empreendedores. Isto incluirá o aprofundamento dos mercados financeiros e a promoção do crescimento de instituições financeiras não-bancárias, facilitando o desenvolvimento de opções de refinanciamento. O Fundo Afro-Verde, em fase final de montagem, será um passo importante nesta direcção. Do mesmo modo, o Governo do PAICV intensificará os seus esforços no sentido da captação do investimento externo junto da diáspora fornecendo incentivos para canalizar, pelo menos, metade das remessas da Diáspora para financiar a economia.

Estamos numa nova era, onde os fluxos de ajuda e de IDE são cada vez mais incertos.

Cabo Verde deve agora operar na primeira liga e competir no mercado global. É amplamente aceite, que este é um jogo diferente daquele que Cabo Verde tem conhecido desde a sua independência. Cabo Verde deve buscar novas formas de financiar sua agenda de desenvolvimento.

A este respeito, o Governo do PAICV irá promover o desenvolvimento de produtos financeiros que são adaptadas às realidades do mercado cabo-verdiano e irá criar um quadro legal inovador que propicie o surgimento do financiamento participativo (crowdfunding) e o desenvolvimento de microcrédito. Neste quadro o Governo do PAICV dará especial atenção à procura de apoio para promover o financiamento das PME, para ultrapassar os termos e condições rigorosas de empréstimos que enfrentam.

Por tudo isto, promover o investimento externo (IDE) e garantir o acesso ao mercado para as suas empresas e produtos é hoje um fator crítico para Cabo Verde.

Com efeito, o acesso ao crédito constitui um dos mais importantes constrangimentos à iniciativa empresarial, e ao desenvolvimento e densificação de um setor privado pujante e indutor do crescimento da economia real.

Neste quadro e perante a visão estratégica de um Cabo Verde desenvolvido e próspero no horizonte de 2030, torna-se imperativo um diálogo estratégico com e entre todos os actores, visando os grandes consensos à volta da proposta do PAICV de uma nova agenda económica, tendo o setor privado como o motor indutor do crescimento económico e da alavancagem da economia real.

A resolução do constrangimento de acesso ao crédito e financiamento do setor privado é determinante para a materialização deste desiderato.

Assim, propomos:

- Conjugação de políticas públicas e regulamentares que facilitem o acesso ao crédito;
- Implementação de políticas que irão fazer de Cabo Verde um destino competitivo para o investimento, assegurando taxas de imposto competitivos, pacote robusto de incentivos para os investidores, e políticas governamentais e uma administração pública amigas do investimento
- Diversificação dos instrumentos financeiros de financiamento à economia real, nomeadamente, pela via do leasing, factoring, crowdfunding, business angels, sociedades de capitais de risco, etc, etc.;
- Capacitação do setor empresarial privado em matéria de gestão empresarial e governança corporativa, por forma a melhor identificar as oportunidades de negócio, desenvolvendo de planos de financiamentos e negócios viáveis e sustentáveis;
- Desenvolvimento de soluções de financiamentos adequados as necessidades de cada segmento empresarial (micro-empresas, PME, Grandes Empresas e Projectos de desenvolvidos em consórcios)

- Desenvolvimento de centrais de informações de crédito que facilitem a análise financeira e informação sobre o risco de crédito, visando a aplicação de taxas de juros mais justas;
- Uma política monetária ajustada e equilibrada, que, preservando os fundamentais da economia e da estabilidade macro-económica, seja indutora de um comportamento de redução de taxas de juros de financiamento de empresas privadas por parte das instituições financeiras;
- Promoção de parcerias bilaterais para a criação de um Fundo Especial de apoio a empresas em dificuldades;
- Reforma do sistema de previdência social;
- Promoção ao surgimento de fundos de investimentos enquanto organismos de investimento colectivo.

5.1.3. Melhoria do Ambiente de Negócios e da Regulação Económica

A missão do Estado é a de mobilizar todas as energias cívicas, económicas e políticas e ser capaz de potenciar todas as forças produtivas e criativas existentes na sociedade. Na última década fizemos avanços notáveis. Nos próximos tempos, uma atenção especial será dispensada à melhoria necessária do ranking de Cabo Verde nos indicadores de Clima de Negócios e Índice de Competitividade Global. Muito tem sido feito em termos de apoio ao bom funcionamento do mercado e das Agências de regulação, bem como em termos de reformas do Estado que levaram Cabo Verde a ser classificado como um dos dez maiores reformadores pelo Banco Mundial em 2011 e 2012. O objetivo fundamental agora é a consistência no desempenho e torná-lo uma performance sustentada.

A boa notícia é que as reformas realizadas em 2015 irão melhorar grandemente o ranking de Cabo Verde na próxima publicação do Doing Business. Trata-se do acordo tripartido entre os trabalhadores, o setor privado e o governo para modernizar e liberalizar o mercado de trabalho e a publicação da Lei sobre a falência das empresas. O PAICV está empenhado em garantir a implemen-

tação destas duas decisões que terão impacto significativo sobre o ambiente de negócios.

O objectivo fixado para a próxima legislatura pelo PAICV é o de colocar Cabo Verde nos top 3 na África e top 50 no mundo na classificação do Banco Mundial sobre o Doing Business. O governo vai criar uma task-force conjunta com o setor privado e os outros parceiros sociais para formular uma estratégia e desenvolver e implementar um plano para melhorar o ambiente de negócios. As principais prioridades, além de implementar a lei de falências, bem como a modernização do mercado do trabalho vão incluir projetos para abordar tanto a lentidão na concessão de licenças Administrativas como a burocracia na administração pública (excesso de procedimentos). Outros projetos de reforma serão implementados para enfrentar o desafio da lentidão da Justiça (inexistência de um Tribunal Comercial, dinamização e consolidação dos centros de arbitragem) e melhorar a eficiência da Administração Fiscal.

Estas reformas são abordadas de forma sucinta abaixo.

5.1.3.1. Promover um Ambiente Fiscal amigo do Contribuinte e Orientado para o Desenvolvimento

Perspectivamos uma Política Fiscal equilibrada e moderada, que seja amiga do contribuinte e que estimule a participação patriótica dos cabo-verdianos, alargando, assim, a base contributiva e que seja considerada um instrumento ativo de promoção da solidariedade nacional, da integração e coesão territoriais.

É nossa convicção que a política fiscal do Governo liderado pelo PAICV deve assentar em cinco vectores primeiros: a estabilidade, a equidade, a transparência, a simplicidade e a eficiência, que, em combinação e graduação com a política monetária, orientarão as metas económicas para o país.

Assim, o Governo:

- Assumirá a responsabilidade de continuar a empreender uma verdadeira política de estabilização orçamental e macroeconómica, a médio e longo prazo;
- Prosseguirá com uma política orçamental assente na criação de condições para assegurar o desenvolvimento sustentado do país, visando o equilíbrio das contas públicas e o reforço da credibilidade perante os parceiros de desenvolvimento.
- Perseguirá o desígnio de garantir a manutenção da paridade fixa do escudo face ao euro.

O Governo liderado pelo PAICV assumirá a responsabilidade de continuar levando a cabo uma verdadeira política de estabilização orçamental ao longo da legislatura. A prossecução de uma política orçamental visando o equilíbrio das contas públicas é um objetivo prioritário, não só por criar condições para assegurar o desenvolvimento sustentado país, mas também porque é necessário dar credibilidade aos nossos parceiros do desenvolvimento no geral e aos investidores em particular. Em matéria de consolidação orçamental o Governo liderado pelo PAICV prosseguirá o desígnio de terminar a legislatura com um défice público médio sustentado e compatível com a estabilidade cambial da moeda cabo-verdiana.

A dívida externa de Cabo Verde encontra-se den-

tro dos limites de sustentabilidade, entretanto, o governo já tem em curso um plano para a sua redução gradual, visando criar folga para financiamento futuro de projectos estruturantes.

O seu aumento foi consciente e necessário num contexto de retracção do investimento externo, consequência da crise financeira internacional, e da necessidade de aproveitar a janela de oportunidades proporcionada pelo acesso a empréstimos concessionais, permitindo a extraordinária infraestruturização do país. Porém, constitui um desafio que nos interpela a atuar e a agir com responsabilidade na gestão macroeconómica.

O Governo do PAICV trabalhará em duas frentes para reduzir a percentagem da dívida em relação ao PIB:

- a) Acelerar o crescimento do PIB, como resultado das medidas propostas na Nova Agenda Económica, para garantir maior eficiência, produtividade e competitividade;
- b) Incrementar condições mais propícias à alavancagem do investimento externo.

Do lado das despesas, daremos uma atenção especial ao custo do funcionamento do Estado, o que implica um profundo diagnóstico sobre o seu tamanho, a racionalização dos meios e a realização de reformas substanciais.

A definição da Política Fiscal enquanto instrumento ativo de solidariedade nacional e do esforço conjunto para o crescimento económico terá em conta a

realização dos objetivos de consolidação orçamental, os planos de desenvolvimento do público e do privado, a confiança e o dinamismo dos agentes económicos, o incentivo ao emprego, a competitividade da economia, a justa repartição do rendimento e a progressiva caminhada para o bem-estar e felicidade dos cidadãos cabo-verdianos.

Assim, o Governo do PAICV promoverá:

- A adoção de políticas públicas que permitam incentivar a competitividade da economia cabo-verdiana, reforçar a confiança dos agentes económicos, contribuir para uma justa repartição do rendimento e promover a eficiência e justiça na arrecadação das receitas fiscais.

- A melhoria da eficiência da Administração Fiscal, o alargamento da base tributária, o combate à fraude e à evasão fiscal, o reforço da ação inspetiva e da transparência nas relações entre a administração fiscal e os contribuintes, de modo a que o crescimento económico seja acompanhado do aumento das receitas que permitam alavancar importantes investimentos e redistribuir a riqueza, promovendo cada vez maior Justiça Social.
- A melhoria contínua, a simplificação e a adequação do sistema tributário às novas condições e exigências de funcionamento da economia, acompanhadas da substituição de determinados impostos por formas de tributação mais fáceis de fiscalizar e executar.
- A adoção e implementação de uma Lei de Transparência na Governação, como condição indispensável ao sucesso de qualquer reforma fiscal, até porque os contribuintes quererão conhecer, com detalhe, a aplicação dos dinheiros públicos e conhecer como precisar e controlar o enriquecimento pessoal dos titulares dos cargos políticos e de outros altos dignatários da administração do Estado.
- A redução dos impostos sobre bens e serviços essenciais como a água, a eletricidade, a habitação, as comunicações, a redução do imposto direto sobre o trabalho e a poupança, e o aumento do imposto sobre o Património não produtivo e de consumo de luxo.

A reforma fiscal terá também a preocupação de estimular a internacionalização das empresas nacionais.

5.1.3.2. Garantir a Regulação Económica, para mais Competitividade

A espinha dorsal da plataforma da governação do PAICV para os próximos 5 anos consubstancia-se numa Nova Agenda Económica, onde a melhoria do ambiente de negócios e uma forte regulação surgem como eixos essenciais para garantir um crescimento económico robusto, inclusivo, com a geração de mais e melhores empregos - sobretudo para a camada jovem e qualificada da população - e mais rendimentos para as famílias.

Assim, defendemos que, ao papel regulador do Estado, deve ser agregado o papel de facilitador, sobretudo quando é fato que o operador económico nacional é limitado em recursos que lhe permitam assumir plenamente o protagonismo de projectos estratégicos para a produção da economia nacional e o desenvolvimento da competitividade de Cabo Verde.

Tal circunstância aconselha a que se dê lugar a um amplo e responsável debate sobre as alternativas credíveis e capazes de dar resposta a modelos que de um modo ou de outro conhecem as limitações e fragilidades que ainda não fizeram escola em Cabo Verde.

O Estado terá que ser forte na medida em que terá de assegurar a livre concorrência e a estabilidade monetária através de instituições de controlo e regulação bem conseguidas. O Estado deverá criar um marco legal apropriado para a economia do país a fim de manter um nível saudável de competição, com medidas que se coadunem com os princípios gerais da economia de mercado, e eficiente como fundamental para o negócio, seguido rigorosamente tanto pelo poder legislativo, como pelo poder judicial.

Ou melhor, somos por um Estado que se preocupe em criar uma ordem económica e não imiscuir-se nos processos económicos.

Daí que, no quadro das incumbências prioritárias do Estado, entendamos que deverá estar aí elencado um conjunto de incentivos e garantias à atividade empresarial e ao investimento estrangeiro no quadro da economia global, ao que se deve associar a responsabilidade social das empresas, a promoção de iniciativas de cidadania, em especial o voluntariado e o associativismo, bem como o apoio ao empreendedorismo económico e social.

5.2. Reforma do Estado e Boa Governação

5.2.1. Boa Governação: um ativo importante da Nação

Um sucesso inegável de Cabo Verde, amplamente reconhecido a nível internacional, é a boa governação e a consolidação da democracia. Cabo Verde tem aprofundado a sua governação democrática nos últimos 15 anos e tem sido consistentemente

classificada entre os três principais países da África com uma boa classificação de governação e democracia. Estamos sempre classificados entre as melhores democracias do Mundo.

Resultados Globais de Cabo Verde 2015-2016

Cabo Verde é considerado país "livre" mais livre país africano e de língua portuguesa	Freedom House 2016
Cabo Verde é o segundo país africano mais transparente e o segundo da língua portuguesa	Transparency 2016
Cabo Verde é o segundo país mais bem governado.	MO Ibrahim 2015
Cabo Verde ocupa a 32ª posição mundial no ranking da Democracy Index 2015 da EIU, considerado a melhor democracia da Lusofonia e a 3ª melhor democracia Africana depois das Maurícias e do Botswana.	Democracy Index 2015
Cabo Verde destaca-se na sua região como um exemplo de tolerância, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, de instituições políticas estáveis, uma democracia parlamentar e multipartidária que funciona bem e o poder judiciário independentemente.	Relatório sobre Sistema de Preferências Generalizadas 2014-2015 - União Europeia
Cabo Verde integra o primeiro lugar na lista de top 10 de Melhor Destino Turístico ético 2016 que respeita os direitos humanos e ambientais.	The World's 10 Best Ethical Destinations 2016
Cabo Verde encontra-se na lista dos top 5 dos melhores destinos turísticos para o ano de 2016.	Top 5 dos melhores destinos turísticos
Cabo Verde é o terceiro país economicamente mais livre de África.	Heritage Foundation
Cabo Verde com melhor esperança de vida na África.	Índice de Desenvolvimento Humano

Para um País sem recursos naturais a boa governação é um recurso fundamental para Cabo Verde. É importante para o desenvolvimento socioeconómico e tem sido um elemento-chave para o avanço da nossa nação. Este é um recurso no qual o PAICV pretende continuar a investir e crescer para assegurar a implementação com sucesso da agenda de transformação e a realização da visão. Para este efeito, o governo do PAICV propugnará

pela aprovação de uma Lei da Transparência que dê aos cidadãos eleitores a possibilidade real de se informarem de todos os atos da Administração, especialmente os relativos à coleta de receitas e realização de despesas.

Alem disso, a agenda de governação do PAICV na IX Legislatura incluirá:

- Negociar um pacto social e reforçar a cidadania
- Continuar a Reforma do Estado (reduzir o custo do Estado e melhorar a sua eficiência)
- Melhorar a Governação local: descentralização e desconcentração dos serviços centrais
- Melhorar o Sistema Judicial ao serviço dos direitos fundamentais do cidadão
- Melhorar a qualidade de vida para todos
- Fornecer segurança aos cidadãos

Negociar um pacto social e reforçar a cidadania

Cabo Verde cada vez mais vai ter que confiar na sua capacidade de competir e gerar riqueza. Seremos capazes de alcançar a nossa visão de sermos uma nação desenvolvida até 2030 apenas se formos capazes de competir um mundo que se tornou hiper-competitivo e globalizado. Estas realidades e o fato de que não temos recursos naturais tornam imperativo promover as nossas capacidades e competências nacionais. Nós somos a Nação que vai ter de jogar para ganhar no palco mundial. A lentidão na tomada de decisão nunca jogará a nosso favor.

Por isso, o PAICV tenciona promover um diálogo nacional sobre as questões críticas do desenvolvimento para construir consensos nacionais: a nossa proposta é construir um pacto nacional entre empresas, trabalhadores, partidos políticos, associações civis e o governo sobre as questões fundamentais, decisivas para a nossa competitividade nacional. A ideia é permitir ao país avançar rapidamente em questões de importância e garantir que seja capaz de prosseguir rapidamente a sua agenda.

5.2.2. Uma Administração Pública Moderna, Eficiente e Efetiva

Almejamos uma Administração Pública cada vez mais moderna, eficiente e efetiva para servir os cidadãos e as empresas.

A modernização do Estado, a reorganização das estruturas e dos serviços, a reengenharia e a simplificação dos processos, a integração dos sistemas de informação, a formação dos recursos humanos, a facilitação do ambiente de negócios e da vida dos cidadãos deverão continuar a constituir uma exigência da Reforma do Estado e de toda a Administração Pública, com vista a se garantirem as melhorias contínuas do funcionamento das instituições do Estado, a transparência na gestão e relacionamento com as populações, a qualidade e rigor das despesas públicas, a facilitação da capacidade de resposta e da boa prestação dos serviços aos cidadãos, utentes e operadores, quer a nível central, local, como na nossa diáspora.

Efetivamente, o foco da melhoria do relacionamento com o cidadão e as empresas na interação com a administração pública deverá continuar a ser o paradigma inovador que permitirá que a Administração Pública se transforme, toda ela e cada vez mais, numa grande Casa do Cidadão, prestadora de serviços de qualidade, mais célere, personal-

izada e acolhedora, procurando criar as melhores condições para a satisfação integral dos utentes, potenciando o aumento da competitividade da economia nacional e um exercício da cidadania mais ativa e participativa.

Assim, promoveremos a consolidação da infraestrutura institucional para uma melhoria contínua do funcionamento da economia e o aperfeiçoamento da capacidade institucional das agências reguladoras e de supervisão, visando um cada vez melhor desempenho económico e no funcionamento dos mercados em Cabo Verde.

A consolidação das instituições é fundamental. Garantiremos portanto, que as instituições e a Administração Pública sejam eficientes e facultem um ambiente favorável para os negócios. Assim, propomos:

- Acelerar as reformas para melhorar a nossa classificação no Doing Business
- Continuar a Reforma da Administração Pública
- Modernizar as Leis do trabalho
- Facilitar o desenvolvimento de áreas / zonas da competitividade
- Estimular o setor privado e as instituições de promoção dos investimentos
- Institucionalizar diálogos regulares entre o governo, as Instituições do Estado e o setor privado, através de estruturas de concertação que incluam os mais variados atores de cada setor.
- Promover a formulação de estratégias de médio e longo prazo, desenvolvendo planos anuais de monitorização, avaliação e elaboração de relatórios de seguimento e avaliação das estratégias.

5.2.3. Qualificar a Governação Territorial: reduzir o custo do Estado e melhorar a sua eficiência

O país evoluiu e essa evolução estendeu-se a todos os cantos desta Nação.

Conhecem-se, nos últimos tempos, reivindicações que, embora legítimas como princípio, precisam de fundamentação objetiva para que tenham dignidade institucional para além dos propósitos, nos seus efeitos, nas suas consequências.

Lançaremos um debate sobre a dimensão do aparelho do Estado. Vamos dinamizar um debate nacional com todos os partidos políticos, representantes de trabalhadores, empresários e organizações da sociedade civil empresariais, trabalhistas e da sociedade civil sobre a natureza, dimensão e funções do Estado. Este diálogo nacional irá debruçar-se sobre todas as questões-chave como por exemplo, o número de deputados, a necessidade de emagrecimento de alguns corpos - legislativos e executivos, nomenclaturas fixas dos ministérios,

e aglutinação de agências reguladoras, a estrutura do Governo e do Estado, incluindo as questões de descentralização e desconcentração administrativa e regionalização e fazer recomendações à Assembleia Nacional.

Um Estado dimensionado à medida do que a economia pode suportar, com estruturas e custos de funcionamento reduzidos, libertando recursos para os serviços essenciais para a população.

Somos, sim, pela realização de estudos altamente qualificados que nos demonstrem quais as melhores soluções nos efeitos que possam produzir numa significativa diminuição do desemprego, na redução da pobreza, num efetivo contributo para a competitividade do país, num aumento das receitas públicas, e na sua justa repartição e aplicação.

É, pois, fulcral:

- a) Favorecer políticas municipais de desenvolvimento regional em que os Municípios exerçam um papel real e motor no processo de desenvolvimento local, para reforço da competitividade territorial, com modelos de gestão e investimentos partilhados e ganhos de escala;
- b) Promover uma profunda reflexão sobre o modelo de divisão político-administrativa mais apropriado para Cabo Verde, a utilização efetiva das virtualidades do atual Estatuto dos Municípios e analisar o impacto da criação dos novos municípios;
- c) Promover um debate sem tabus sobre a regionalização, para se aferir o verdadeiro interesse e os ganhos nacionais;
- d) Qualificar a administração central representada nos municípios para que determinadas soluções sejam assumidas a nível local;
- e) Instituir a coordenação dos serviços desconcentrados do Estado e delegar poderes de autoridade efetiva;
- f) Estabelecer interlocutores a nível adequado para avaliação do desenvolvimento local e regional.

5.2.4. Governação Local: descentralização e desconcentração dos serviços centrais

Nesta linha e perseguindo uma maior consolidação da nossa democracia, somos cada vez mais compelidos a agir em prol do reforço da descentralização e da desconcentração como instrumentos potenciadores de uma participação política mais extensiva dos cidadãos, ultrapassando a lógica formal de participação eleitoralista, para permitir um novo patamar de participação, onde estes passam de objetos a sujeitos na gestão e decisão de toda a res pública, ou seja, a efetivação de uma cidadania substantiva e ativa, engajada com globalidade do processo de desenvolvimento e transformação do país.

A natureza arquipelágica, as especificidades entre as regiões, as vulnerabilidades económicas, físicas, geográficas e sociais, bem a diáspora da nação cabo-verdiana exigem esse esforço de aprofundamento da descentralização e da desconcentração, necessariamente, nos limites do quadro constitucional atual, das nossas capacidades finan-

ceiras para a estabilidade macroeconómica e da salvaguarda da união e coesão nacional.

Respondendo aos princípios constitucionais da descentralização e da subsidiariedade, este aprofundamento não deve passar apenas pela transferência de poderes e competências entre os órgãos político-administrativos, mas também deve abarcar uma efetiva delegação destas capacidades para a sociedade civil, com vista a uma maior autonomia desta e florescimento da cidadania ativa e participativa. No entanto, a descentralização e a desconcentração devem ser acompanhadas de supervisão a qual deve ser eficaz e custo-eficiente. Além disso, os sistemas de controlo e supervisão das finanças atualmente existentes a nível nacional terão de ser implementados ao nível municipal para garantir a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos do Estado.

5.2.5. Qualificar a Democracia

As novas e fortes demandas sociais, exigem como impreterível, o aprofundamento e o alargamento dos direitos democráticos, não somente de representação política, mas, sim e muito mais, de participação política, de mais transparência e qualidade da democracia como condição fundamental para que haja o envolvimento e engajamento efectivo das forças vivas da República para vencer os desafios dos próximos tempos e promover um desenvolvimento sustentável com qualidade de vida para todos, assegurado por um desenvolvimento económico impulsor das condições materiais da justiça social nos domínios do emprego, da saúde, da educação, do acesso aos bens essenciais e de realização da pessoa humana.

A democracia como processo em contínuo aperfeiçoamento, deve constituir-se como valor supremo das garantias e liberdades dos cidadãos que a Constituição consagra. Pensamos que, embora seja objecto de profundas reflexões teóricas à volta de conceitos e princípios doutrinários, é, fundamentalmente, uma questão de comportamentos, atitudes e normas da conduta cívica que devem pautar a postura das instituições da República, a saber, o cidadão enquanto tal, mas, também, instituído de responsabilidades nos serviços de direito público e privado, nas do poder político e, sobretudo, nos órgãos de soberania.

A democracia como doutrina política conselheira da acção política governativa, incita-nos a procurar, a todo o instante, criar um pacto entre os partidos

com assento parlamentar, para que suspendam a permanente guerrilha eleitoral que a nada tem conduzido, focalizando a sua intervenção em domínios centrais do processo de desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Considerando que o Governo tem maiores responsabilidades e por isso mesmo, menos apeteite ao imediatismo do voto, a iniciativa de um pacto poderia ser proposto em sectores concretos tais como: o emprego; a atração do investimento externo para os sectores chaves da economia; as alianças com o sector privado nacional de modo a poder assumir plenamente o seu papel motor na economia; justiça e segurança nacional no seu sentido lato;

A sociedade civil está cada vez mais formada e informada, mais crítica e exigente, as suas perspectivas são de um patamar de qualidade mais elevada, pelo que se tem que escutar e dar sentido às constantes mensagens com novas respostas.

Assim, defendemos que:

Deve ser aprofundada e reforçada a função do eleito, ou melhor, sobre o critério e mecanismos de escolha do eleito, do titular de cargo político, tanto na composição das listas, como no processo de votação a ser em bloco ou uninominal. As novas e legítimas exigências devem ser reflectidas na postura dos atos políticos e não em método, pois os novos tempos assim o exige.

5.3. Melhor Justiça, Mais Segurança

A justiça é um dever do Estado, um direito fundamental de todos e cada um e um pressuposto, em si mesmo, do desenvolvimento da sociedade. E é face à necessidade de melhorar a eficácia das medidas tomadas e de resultados que podem ser mais satisfatórios, seja na pacificação das relações sociais, seja na segurança jurídica do investimen-

to no que respeita às políticas de captação do investimento e as demandas do tecido empresarial em geral, indutoras de um conjunto de respostas geradoras da confiança que são necessárias para impulsionar o desenvolvimento do país, que defendemos algumas reformas neste setor.

5.3.1. Justiça célere, justa, ao serviço dos direitos fundamentais do cidadão

O nosso sistema jurídico não pode ser estanque e com pouca capacidade de adaptação às demandas sociais, em transformação permanente, em que a mobilidade social, a educação, as necessidades, os fatores exógenos e endógenos, em conjugação, acontecem a velocidade imprevisível.

Para o reforço dos níveis de confiança do cidadão e garantia efetiva dos direitos, para melhoria do acesso à justiça, da previsibilidade do tempo da decisão

judicial e diminuição da aleatoriedade dos resultados, para reforço do combate à violência doméstica, à pedofilia e outros fenómenos desviantes que desqualificam a sociedade e os seus grandes referenciais em capital social potenciador das sociabilidades de que tanto carece Cabo Verde, é nosso firme propósito propor às forças vivas da Nação mudanças profundas no nosso sistema jurídico e judiciário, para que haja avanços, no que respeita à:

- (i) Criação de júzos de pequena instância criminal com recurso a normas específicas capazes de dar resposta adequada em rapidez e eficácia;
- (ii) A formalização de mecanismos jurisdicionais para a resolução de pequenos litígios com relevância para as áreas cível e comercial com mecanismos simplificados e diretos;
- (iii) A representação do Estado por advogado nas causas em que intervém em pé de igualdade com os particulares, sem prejuízo do papel do Ministério Público;
- (iv) A prevenção geral e especial, pela via da detenção preventiva dos agentes de crimes com altas taxas de reincidência e perigo de continuação da atividade criminosa como sejam os crimes de pedofilia e sexuais, bem como aqueles praticados contra o património e as pessoas com recurso a armas;
- (v) A intensificação da utilização das TIC's no sistema de registo civil, predial, comercial e criminal, com aposta numa base de dados segura e com facilidade de acesso, através de plataformas apropriadas que preservem o direito à proteção de dados pessoais dos cidadãos;
- (vi) A formação permanente dos agentes da justiça, magistrados, oficiais de justiça, indo até aos agentes penitenciários, adoptando um sistema motivador com forte componente de responsabilidade e "accountability" garante da legitimidade, criando-se um corpo inspetivo único e estruturado. Um eventual estado de desesperança e ceticismo coletivos, resultantes da ideia de insegurança geral, pode condicionar a atividade económica e a capacidade de atracção de investimento externo, e a escolha de Cabo Verde como destino turístico, para além de poder pôr em causa os investimentos feitos na educação e diminuir o efeito agregador que se pretende gerar no país, fazendo com que cada um de nós olhe para o outro com desconfiança, ainda que inconsciente. É inegável a conexão entre a Liberdade, a Justiça e a Segurança, já que a ausência de segurança põe em causa a capacidade dos cidadãos de agirem enquanto seres livres e de exercerem os demais

- direitos fundamentais de forma efetiva. Vamos, pois, combater o estado eventual de desesperança e ceticismo coletivos, resultantes da ideia de insegurança geral;
- (vii) A criação do tribunal comercial, foro para todos os conflitos comerciais, dotado de meios e procedimentos eficazes;
 - (viii) Pôr em prática um processo de delação premiada para facilitar a resolução de alguns casos;
 - (ix) Incremento de ações e mobilização de mais meios para o reforço do programa de reabilitação e reinserção social, promovendo a reintegração de detidos após o cumprimento de penas.

5.3.2. Segurança: Garantia de Liberdade

É inalienável a correlação entre a Liberdade, a Justiça e a Segurança, já que a ausência de segurança põe em causa a capacidade dos cidadãos de agirem enquanto seres livres e de exercer os demais direitos fundamentais de forma efetiva. Garantir a segurança dos seus cidadãos é uma prioridade irrecusável do Estado, que será conjugada com o enquadramento económico-financeiro, o que impõe o estabelecimento de prioridades claras.

Continuaremos o trabalho em curso visando a modernização organizacional, técnica e cultural das polícias, a consolidação institucional e a criação das condições mínimas para a eficácia operacional com fortes investimentos no seu redimensionamento, na introdução de instrumentos de planeamento e na introdução das novas tecnologias de informação, na planificação operacional, nos meios de mobilidade e outros meios operacionais, na construção de esquadras funcionais e modernas, na formação e capacitação do efetivo policial para o enfrentamento dos desafios e ameaças dum país mais moderno e inserido no contexto internacional. Continuaremos a desenvolver esforços para termos forças de segurança mais preparadas e mais bem equipadas, com maior qualidade de intervenção operacional e mais eficazes, mas essencialmente, mais bem preparadas para que se possa dar continuidade ao esforço incontornável de manter Cabo Verde um país e um destino seguro. A prevenção e a repressão dos fenómenos criminais demandam ainda um contínuo reforço da coordenação visando maior eficácia das forças e serviços de segurança, coerência na intervenção, operacionalidade, erradicação das redundâncias, boa articulação e gestão integrada de funções comuns das forças e serviços de segurança. É também determinante continuar a evolução dos sistemas de informação, a reengenharia dos procedimentos e a reorganização dos recursos humanos, de modo a, designadamente, libertar o maior número de elementos das forças de segurança para o trabalho operacional.

A imprevisibilidade tem sido uma característica marcante na multiplicidade de riscos e ameaças, transnacionais e locais que desafiam a segurança nestas primeiras décadas do século XXI. As ameaças e os riscos à segurança são cada vez mais

globais, diversificados, complexos e sofisticados – a criminalidade urbana, a VBG, o tráfico de pessoas, de armas e de droga, o terrorismo, o cibercrime e a moderna criminalidade económico-financeira.

As novas ameaças e os novos riscos implicam uma orientação estratégica bem definida e conduzida de modo coerente, por uma política assente num sistema de segurança interna adequadamente coordenado, eficaz e operativo sem esquecer a dimensão interpessoal da criminalidade tradicional e dos fatores que a potenciam (litigiosidade social, consumo de álcool e drogas). Neste quadro, as funções de planeamento e avaliação são fundamentais para as forças de segurança, impondo-se dar continuidade à implementação e aperfeiçoamento constante do PESI, como eixo essencial para a adequação da ação das forças de segurança aos desafios e riscos atuais sublinhando-se a necessidade de aprovação de uma estratégia integrada contra a radicalização e o terrorismo que elenque desafios, ameaças, objetivos e métodos, para prevenir a radicalização e combater o terrorismo, que promova o reforço da articulação e da partilha de informações entre os serviços nacionais e os Estados da sub-região.

O planeamento da segurança interna assente na formação estratégica, com o objetivo de fazer corresponder, em cada momento, as opções de resposta disponíveis às circunstâncias, maximizando a utilidade dos recursos disponíveis, canalizando-os para a satisfação das principais prioridades, nomeadamente em domínios de evidente valor acrescentado para o País – área marítima, controle de fronteiras - para fazer face aos riscos e ameaças atuais.

A segurança tem um caráter transversal à sociedade, constituindo a Polícia Nacional um pilar determinante, pois presta serviços essenciais ao bem-estar dos cidadãos e à democracia. A sua eficiência e eficácia são muito importantes e não dependem, apenas, do equipamento ao seu dispor sendo necessário garantir a motivação dos que nela servem.

5.4. Diplomacia Económica e Diversificação das Ancoragens

A nossa diplomacia tem sido orientada, desde a Independência Nacional, para um sistema de funcionamento como entidade de representação do Estado, que, em articulação com o Governo, tem servido de importante instrumento de mobilização de Ajudas Públicas para o Desenvolvimento, de estabelecimento de parcerias com organizações e países amigos, de serviço de apoio aos nossos emigrantes e assumindo a linha da frente na promoção da credibilidade de Cabo Verde junto dos Países onde estão sediadas as Embaixadas.

Por razões estratégicas que têm a ver com a criação de bases para o nosso processo de desenvolvimento, Cabo Verde mantém uma relação económica muito forte com certos países da Zona Euro, o que por um lado traz vantagens, mas, por outro lado, condiciona o desenvolvimento da

economia nacional a desenvolvimentos cíclicos exógenos específicos.

Para evitarmos os efeitos perniciosos de perturbações exógenas como a crise económica na qual estamos inseridos e, sem perder de vista a importância do necessário fortalecimento da relação económica com certos países da Zona Euro, temos que ter uma maior abertura ao mundo dos negócios com os países que, tradicionalmente, têm investido em Cabo Verde, ao mesmo tempo que dinamizamos a cooperação com outras zonas económicas, nomeadamente as emergentes, para assim podermos ter acesso e beneficiar de novas modalidades e condições de financiamento do desenvolvimento, e das respetivas vantagens das relações comerciais e económicas.

5.4.1. Uma Diplomacia Atuante, orientada para a captação de investimentos

Perante o cenário de diminuição progressiva da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e as necessidades permanentes de financiar a alavancagem da nossa economia, que se quer desenvolvida, para alcançarmos o desenvolvimento no horizonte de 2030,

torna-se imperativo repensar a nossa diplomacia e diversificar as nossas ancoragens de modo a responder aos desafios de desenvolvimento.

Assim, propomos:

- Reorientar a nossa diplomacia e focalizá-la na mobilização de parceiros e captação de grandes investimentos para o nosso país.
- Promover a captação de investimentos através de brokers e agentes internacionais de promoção de mercados, alargando a nossa capacidade de mobilização em nichos outrora inacessíveis.
- Promover a internacionalização dos quadros nacionais e o seu engajamento nas organizações internacionais, em especial nas instâncias regionais;
- Adotar estratégias e agendas apropriadas para parcerias, de modo a potenciar fatores de integração no espaço da CEDEAO a nível de acesso a mercados, de colaboração no setor bancário, da segurança, dos transportes marítimos e das exportações;
- Reforço da nossa ação na Aliança entre os pequenos estados insulares em desenvolvimento PEID, com vista a garantir a solidariedade internacional no financiamento das estratégias que visam alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentáveis no horizonte de 2030.
- Promover um maior conhecimento e acesso aos diferentes mercados, principalmente, o domínio dos mecanismos e modalidades da organização e funcionamento das instituições financeiras internacionais, dos fundos soberanos e de outras fontes de financiamento emergentes destinados à promoção do crescimento e do desenvolvimento económico;
- Promover o incremento do pendor económico da CPLP, com vista a dar respostas às grandes demandas das populações e investidores nacionais dos países lusófonos;

- Estabelecer um programa de inteligência económica: será estabelecido dentro de uma agência governamental apropriada com equipa altamente qualificada para coletar, analisar, sistematizar e divulgar as oportunidades de negócios e investimentos no exterior para empresas cabo-verdianas.

5.4.2. Consolidação da Parceria Especial com a União Europeia e Promoção da Integração Regional e Mundial

Para além de promover a integração regional de Cabo Verde, a parceria especial com a União Europeia tem permitido grandes ganhos para o país e para a contraparte, na medida em que é baseada na identificação e promoção de interesses comuns, indo para além da lógica tradicional da cooperação, privilegiando mais a lógica de parcerias para o desenvolvimento, com especial foco na segurança e no desenvolvimento económico.

Destacam-se particularmente os ganhos a nível dos pilares 1, 2 e 4, Boa Governação, Segurança e Estabilidade, Convergência Técnica e Normativa.

Em todos os Ranking que classificam os países nas mais variadas áreas, Cabo Verde tem aparecido com performances muito positivas, se considerarmos a base de partida e a região na qual estávamos inseridos.

Na Boa Governação, somos os segundos em África, numa posição consolidada e reforçada nos últimos anos, com a introdução de instrumentos e medidas políticas, que tiveram grandes impactos a nível da melhoria do planeamento, implementação, seguimento e avaliação das políticas públicas, melhoria da gestão orçamental, financeira e patrimonial pública, melhoria na gestão do território, melhoria na garantia dos direitos civis, políticos e económicos, melhoria no combate a corrupção, entre outros.

No que concerne a Segurança e Estabilidade, tanto a Europa como Cabo Verde têm ganho muito

com a introdução de instrumentos e mecanismos de participação, bilaterais e multilaterais de controlo de tráficos ilícitos internacionais nesta zona da África Ocidental, de combate ao Branqueamento e Lavagem de Capitais, de controlo das migrações clandestinas, de controlo da exploração económica dos recursos marinhos e ainda combate às agressões ambientais no Atlântico.

O Pilar 4, Convergência Técnica e Normativa, será talvez, juntamente com o Pilar da Segurança e Estabilidade, aqueles em que mais se investiu nestes quase 9 anos de Parceria Especial. Cabo Verde está cada vez mais alinhado com as melhores práticas internacionais, o que lhe permite maior competitividade na busca dos mercados europeus e do norte, como mercados de exportação de produtos nacionais.

Na próxima legislatura, o governo do PAICV irá investir na consolidação e no aprofundamento da parceria especial, com especial atenção para os pilares 3, 5 e 6, Integração Regional, Sociedade de Conhecimento e Luta Contra a Pobreza e Desenvolvimento, respetivamente, através de planos de ação específicos e transversais, na medida em que os objetivos preconizados nestes pilares são complementares e coincidem com os objetivos do Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP).

Assim, assente nestes pilares e visando o reforço da parceria, promoveremos:

- A consolidação dos ganhos a nível dos investimentos na modernização do país, em especial do seu tecido empresarial, com foco na utilização intensiva das tecnologias e o seu papel instrumental como alicerce ao desenvolvimento económico, social e cultural, nomeadamente através da educação e da investigação.
- A promoção da ciência e da investigação a nível da proteção do ambiente, a proteção dos recursos naturais e a preservação do meio marinho, para permitir uma exploração económica sustentável dos recursos existentes no território nacional, compreendido em todas as suas vertentes, designadamente, mar, ar e terra.
- O reforço da estruturação do setor das pescas, visando maior produtividade e competitividade levando ao aumento das exportações, da empregabilidade no setor e conseqüente rentabilidade da atividade e ainda, ao aumento da nossa capacidade de combater a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada.
- A modernização da agricultura e promoção do agronegócio
- A promoção da competitividade das empresas e da economia nacional com vista à sua internacionalização e penetração nos mercados da Macaronésia e Regiões Ultra Periféricas (RUP) e na CEDEAO.

5.4.3. Estruturação de Novas Ancoragens

Para além das ancoragens a Estados e as zonas económicas emergentes, Cabo Verde, deve também diversificar as ancoragens junto de parceiros multilaterais, como as organizações internacionais de referência, através de uma diplomacia económica forte, mas essencialmente com a colocação de quadros nacionais bem capacitados, para trabalhar nestas organizações, quer sejam de carácter governamentais como não-governamentais, em especial nas organizações regionais e sub-regionais.

Reconhecendo a importância da integração regional para o desenvolvimento de Cabo Verde, os governos do PAICV lideraram todas as iniciativas para aderir na CEDEAO, CPLP, PALOP, ACP e da OMC. Foi o Governo do PAICV que negociou e

chegou ao acordo de parceria especial com a União Europeia.

Aderir a essas organizações constituiu um esforço deliberado e estratégico para diversificar os nossos parceiros, garantir o acesso aos mercados e, mais importante, promover o desenvolvimento da nossa economia.

Dada a pequenez do nosso mercado, a participação nesses grupos e organismos, especialmente os regionais, como a CEDEAO e os PALOP proporciona oportunidades únicas de expandir o mercado e as nossas fontes de matérias-primas, bem como para atrair investimentos.

Visando o reforço da integração e a diversificação de ancoragens, propomos:

- Dinamizar a cooperação com outras zonas económicas, nomeadamente as emergentes, visando o acesso a novas modalidades e condições de financiamento do desenvolvimento, e das respectivas vantagens das relações comerciais e económicas.
- Acionar medidas de qualificação dos setores potenciais de competitividade do país, muito em particular o setor dos serviços, bem como a qualificação dos recursos humanos para níveis de excelência em áreas chave da economia nacional.
- Reforçar a nossa participação nas ZOPACAS, promovendo a economia do mar e a investigação marinha e oceanográfica, para garantir a exploração económica dos fundos oceânicos, a proteção ambiental e da biodiversidade no mar e zonas costeiras, transportes marítimos intercontinentais, a segurança portuária e da navegação.

5.5. Juventude: A Força da Nação

A juventude cabo-verdiana é cada vez mais dinâmica e confiante no futuro.

O Governo do PAICV estará empenhado num estreito processo de diálogo e de pronunciamentos nos estabelecimentos de ensino, nas comunidades locais e noutros espaços da presença de jovens, desejosos de serem escutados e atendidas as suas preocupações, aspirações e propostas.

Num desejável encontro de gerações, proceder-se-á ao acompanhamento da evolução etária

da população como fundamental para as iniciativas nas comunidades locais, para o rejuvenescimento da participação e das políticas, através de uma instância representativa das novas gerações, para uma maior intervenção nos domínios político, económico, social e ambiental. Será uma voz independente, com força de lei para salvaguardar os interesses das novas gerações, uma vez que é imperiosa uma maior representação dos interesses das gerações futuras nos processos de decisão política.

5.5.1. Ensino e Formação: Capacitar para Novos Horizontes

Para que o aproveitamento dos fatores diferenciadores e das dinâmicas económicas de modernização possam ter reflexo acrescido na criação de emprego, é fundamental intensificar a preparação da população cabo-verdiana para os desafios da sociedade do conhecimento, a níveis de competência elevados, instituindo a aprendizagem ao longo da vida para todos, bem como uma aposta generalizada no desenvolvimento científico e tecnológico, para que possa haver a devida apropriação e socialização técnica, organizacional, gerencial (institucional) e pessoal do processo de desenvolvimento, bem como para que haja permanente diálogo das dimensões política e técnica do processo decisório.

O cabo-verdiano de 2030 deverá ser um cidadão empreendedor, com um elevado nível de educação e de formação, com competências sociais, comunicativas, (domínio das línguas estrangeiras), científicas, estéticas/expressivas e instrumentais comparáveis internacionalmente, que lhe permitam construir a sua trajectória escolar, profissional e de vida, contribuindo ativamente para a melhoria contínua dos padrões de competitividade do país para enfrentar os desafios do desenvolvimento económico e social, num mundo global em rápida transformação.

As tecnologias de informação e comunicação são dos novos tempos e das novas gerações, ansiosas das inovações para o aproveitamento das vantagens que as mesmas proporcionam para fomentar o investimento nacional e atrair o investimento externo, em que os setores público e privado, de acordo com o papel e funções que lhes são próprias, promovam as mudanças que se impõem,

incorporando as tecnologias avançadas no quotidiano dos cidadãos e businesses em geral. Iremos impulsionar e desenvolver programas que permitirão às empresas adotarem tecnologias para aumentar a produtividade e eficiência.

Componente da sociedade do conhecimento, será desenvolvida a sociedade de informação que fará com que a governação eletrónica e a digitalização seja mais próxima dos cidadãos e acessível a todos, que seja uma ferramenta para a emergência de novas oportunidades económicas, com capacidade para inovar e incrementar a qualidade de vida. Comprometemo-nos a continuar a massificação e utilização das tecnologias de informação, a alinhar os serviços da governação com as necessidades dos cidadãos e das empresas, a potenciar o desenvolvimento económico e a inovação, a capacitar os jovens para responderem às necessidades do mercado e fazerem emergir um forte tecido empresarial. Defendendo uma economia baseada no conhecimento, capaz de competir no mundo cada vez mais globalizado, é nosso propósito a adoção de um Plano Nacional para a Ciência, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo, envolvendo o Estado, as Universidades e Centros de Investigação, o setor privado empresarial. O objetivo é desenvolver planos de ação para melhorar a capacidade da nação para inovar dentro dos Setores da Agenda Económica e para facilitar a investigação aplicada e a participação nas redes internacionais de Investigação.

A Inovação será valorizada. Programas serão desenvolvidos em colaboração com universidades e o setor privado para promover a inovação em setores-chave.

Melhorando a qualidade e a resiliência do sistema educativo e de formação, para mais e melhores empregos

A nossa visão do sistema de educação e formação é a de um sistema integrado, de qualidade, inclusivo, promotor do empreendedorismo e da criatividade, sustentável e nele participaram de forma ativa o Estado (central e local), as empresas, as famílias e as associações da sociedade em geral.

O Governo do PAICV irá adotar um conjunto de medidas de políticas de médio e longo prazo que contribuam para a adequação do sistema às perspetivas e necessidades do desenvolvimento económico e social do país, assentes na qualidade, inclusão, empreendedorismo, inovação e sustentabilidade.

O recurso natural mais importante que temos como Nação é o nosso povo. É por isso que o primeiro governo pós-independência sob a liderança do PAICV deu prioridade à democratização do acesso à educação e que os governos do PAICV dos últimos 15 anos fizeram investimentos substanciais na educação e transformaram o setor. Havendo hoje a batalha do acesso ganha, urge enfrentar os novos desafios do setor educacional que consiste em garantir a alta qualidade do ensino, assegurar que o nosso sistema escolar está a produzir os pensadores, líderes, inovadores e empreendedores de

que precisamos. Isso é fundamental para a nossa capacidade de acelerar o processo de transformação socioeconómica e alcançar a nossa visão de uma nação desenvolvida até 2030.

O Governo do PAICV irá adotar medidas a cada nível do ensino para melhorar a eficiência de todo o sistema educativo e assegurar que os resultados correspondem à nossa visão e à nossa agenda de transformação.

- **Educação de base (educação pré-escolar, ensino básico):** obrigatoriedade da educação pré-escolar em regime de tempo integral para crianças de 4 a 5 anos; criação de um quadro institucional e de condições para que as autarquias assumam um papel preponderante na educação pré-escolar atribuindo aos Serviços Centrais a definição de um padrão nacional de qualidade de aprendizagem e de um papel de promoção, regulação, supervisão e controlo do pré-escolar e que ao mesmo tempo, tornando disponíveis as ferramentas de aprendizagem.
- **Ensino geral e técnico:** universalização da educação básica obrigatória de 12 anos em regime de tempo integral; melhoria da qualidade do ensino (com ênfase nas disciplinas nucleares - matemática e línguas) e promovendo a experiência do ensino em língua materna e línguas estrangeiras.
- **Ensino Secundário geral e técnico (9º a 12º anos):** obrigatoriedade do 9º e 10º ano em regime integral, universalização do acesso ao 11º e 12º ano e aumento dos níveis de cobertura do ensino técnico. Uma ênfase particular será posta no Fomento da qualidade dos processos educativos, incluindo aumentando o tempo de aprendizagem, com incidência nas áreas disciplinares críticas (Matemática, Física, Artes, Língua Portuguesa e Línguas estrangeiras) e reforço de práticas laboratoriais e oficinais. O Ensino Secundário será também uma plataforma para o Reforço de competências transversais relacionadas com a cidadania (resolução de questões com base na tolerância, na solidariedade, na proteção ambiental, etc.) e com o empreendedorismo.
- **Ensino superior, o alargamento e a consolidação dos ganhos em matéria de equidade de acesso** daqui para a frente exigirão de nós uma aposta clara e mais contundente na Educação ao Longo da Vida e no incremento do Ensino à Distância (EaD). Neste sentido, através do Programa Mundu, aprofundaremos a ligação entre as TICs e a Educação. Integrará o nosso programa a criação da Universidade Aberta de Cabo Verde. A nossa atenção será centrada na sua qualidade e na sua orientação para os setores prioritários da Agenda de Transformação, associada, impreterivelmente, à investigação aplicada como instrumento propiciador da inovação e da competitividade. Daremos uma especial atenção a recém-criada Agência de Regulação do Ensino Superior na sua missão de estabelecer standards e normas e criar e gerir o sistema de acreditação, com o objetivo de promover a qualidade e a relevância do ensino. Instituiremos a cultura da avaliação, enquanto instrumento central de uma estratégia de qualificação progressiva das instituições de ensino superior. Implementaremos uma clara estratégia de convergência normativa e dos padrões de qualidade do ensino superior com o dos nossos parceiros internacionais de modo a assegurar o reconhecimento dos nossos graus e diplomas, assim como possibilitar o desenvolvimento dos programas de mobilidade. O sistema educacional irá promover ligações entre empresas e universidades, facilitar o desenvolvimento de um programa nacional de aprendizagem em colaboração com as empresas, promover uma parceria das universidades cabo-verdianas em programas de inovação com as universidades de renome mundial e fornecer incentivos para as universidades para criarem programas de empreendedorismo de base tecnológica de conhecimento para promover a criação de start-ups.
- **Educação e Formação de Adultos:** refundação e alargamento, com base em programas de educação e formação ao longo da vida, de reconversão educacional e profissional e com recurso a modalidades de formação à distância; redução do analfabetismo funcional. O governo do PAICV irá trabalhar com as universidades e escolas de formação profissional para garantir oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

- **Formação profissional: alargamento e diversificação da oferta de formação profissional, atribuição de nível de qualificação para responder às necessidades em setores-chave para o desenvolvimento; fomento do empreendedorismo, através da incubação de ideias e de um reforço da ligação às empresas, numa perspetiva de troca de serviços e aprendizagens; desenvolvimento de um sistema de deteção de necessidades de qualificação do mercado e de avaliação regular do impacto da formação profissional; reforço dos programas de inserção profissional dos diplomados no mercado de trabalho além de outras medidas para a consolidação do sistema.**

Apesar do notável crescimento económico e do investimento nos Recursos Humanos, Cabo Verde apresenta atualmente alguns indicadores que constituem desafios a vencer, nomeadamente no que respeita ao desemprego, o qual se mantém relativamente elevado e afeta especialmente os jovens com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos. Assim, daremos uma atenção especial ao incenti-

vo e à promoção do empresariado juvenil, através da criação de incentivos especiais, de apoio e de assistência técnica, particularmente nos momentos de identificação do projecto, de elaboração do plano de negócios e de arranque do negócio.

Assim, adotaremos medidas que facilitem a inserção dos jovens no mercado de trabalho, através:

- Da identificação das necessidades em competências e habilidades a nível nacional e regional, de acordo com as oportunidades de empregabilidade;
- Da consolidação do Fundo de Garantia Mútua para o financiamento do Ensino Superior e da Formação Profissional;
- Do aumento do número de bolsas de estudo, para jovens de famílias mais carenciadas;
- Da aprovação do Estatuto do Trabalhador-Estudante;
- Da implementação de programas de reconversão profissional, para atender às constantes reorientações do mercado de trabalho e que, também, respondam à mobilidade profissional, social e espacial.
- De incentivo a instituições de ensino profissional e superior no sentido de oferecerem cursos profissionais ministrados por profissionais altamente qualificados, para a satisfação de necessidades específicas do mercado de trabalho;
- Da sensibilização e orientação de ativos que estão no mercado informal para a entrada no setor formal da economia, através da criação de PME's;
- Da indução de apoios públicos a um empreendedorismo que ajude a desenvolver o tecido económico nacional e aposte fortemente na criação de valor;
- Do alargamento da rede de incubadoras de empresas, numa lógica de rentabilização de recursos e da complementaridade das instituições, mediante uma estreita articulação entre as instituições com competência na matéria no país, para que as infraestruturas e os equipamentos públicos existentes possam ser otimizados;
- Da orientação do Novo Banco para a assunção do seu papel social, por forma a garantir mais e melhores oportunidades no acesso ao crédito e em condições mais favorecedoras ao empreendedorismo juvenil;
- Da consolidação de um sistema fiscal e de previdência social mais favorecedor ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, criadas pelos jovens;
- Da majoração superior para empresas de jovens quando localizadas longe dos principais centros urbanos.
- Da orientação de uma percentagem do fundo de capital de risco ou outros instrumentos de financiamento público, para projetos dinamizados por jovens empresários ou que incorporem a força laboral maioritariamente jovem.
- Do fomento de atividades que fortaleçam o reconhecimento do turismo como atividade geradora de benefícios socioeconómicos, como o trabalho e os rendimentos, e estimulem a formação da cadeia produtiva local do turismo;
- Do reforço da aposta na cultura, enquanto fator de desenvolvimento que, aliado ao turismo, poderá contribuir para a valorização dos produtos culturais existentes e a criação de novas ofertas, atraindo jovens talentos;
- Da aposta em subsectores inovadores do turismo, tais como o turismo de

- eventos, de negócios, de saúde e do desporto, porquanto promissoras fontes de emprego e rendimentos, que beneficiam directamente a juventude;
- Do estímulo à participação dos jovens na criação, distribuição e fruição de produtos culturais, adentro da estratégia de desenvolvimento das economias criativas, como meio de afirmação identitária e de desenvolvimento pessoal, mas também como atividade geradora de emprego e rendimento para os jovens.

5.5.2. Desporto: Competir Global

A governação do PAICV transformou e projetou o nosso desporto e os nossos atletas para voos e ambições nunca dantes sonhados.

Este período fica marcado pelos maiores ganhos neste setor, seja em infraestruturas desportivas, seja pela formação das camadas jovens, seja pela notoriedade dos atletas nacionais a nível individual, seja pelos grandes êxitos dos “Tubarões Azuis”, das seleções nacionais de basquetebol, andebol e voleibol em todas as classes etárias, com especial destaque para as meritórias qualificações dos nossos atletas nos jogos olímpicos e para-olímpicos.

Para uma contínua afirmação e consolidação da qualidade do nosso desporto e dos nossos atletas, daremos relevância à inovação na área desportiva provocando profundas transformações, na política e estratégia do governo para o desporto, no quadro legislativo setorial, visando o reforço institucional e

maior cultura organizacional e conseqüentemente o aumento da capacidade de gestão dos agentes desportivos locais, como garante da qualidade, rentabilidade e sustentabilidade do setor do desporto. Para nós, o desenvolvimento do desporto constitui um imperativo no processo de desenvolvimento do país e caminhando lado a lado com os investimentos e melhorias nas áreas da educação e da formação, na coesão social.

Certamente que tais medidas terão impactos positivos na dinâmica de desenvolvimento do desporto nacional, nomeadamente na internacionalização.

Daí propormos um debate alargado e diversificado entre todas as partes, isto é, responsáveis públicos a nível central e municipal, agremiações desportivas, operadores económicos e especialistas em matéria de desenvolvimento desportivo, sobre matérias, entre outras:

Planeamento e desenvolvimento desportivo

Debruçar-nos-emos sobre a realidade atual dos equipamentos desportivos, para que a implantação futura venha a corresponder, de fato, às necessidades das comunidades dos bairros, muito em particular dos jovens, dos idosos, das crianças e dos portadores de deficiência.

Ter-se-á em conta a modernização, requalificação e reordenamento dos equipamentos desportivos no território nacional, envolvendo também as instalações desportivas escolares e dos clubes, de modo a permitir a definição dos investimentos prioritários, dando-se prioridade aos equipamentos de base e de proximidade com a preocupação de evitar sobreposições e assimetrias.

Portanto, uma visão de conjunto e integrada será uma componente plena do processo de ordena-

mento e gestão do território, em que o planeamento dos equipamentos escolares, sociais, culturais e desportivos terão o devido enquadramento.

A descentralização deverá ser uma realidade, favorecendo, nomeadamente, a realização de campeonatos juvenis inter-bairros e de férias desportivas, a que se associará a diversificação das modalidades, nomeadamente os desportos náuticos e desportos de praia, criando espaços abertos inclusivamente iluminados, de modo a favorecer a prática das mesmas durante todo o ano e à noite.

Preocupação maior merecerá a formação dos agentes desportivos, dando-se destaque aos dirigentes e demais gestores desportivos os quais detêm uma grande responsabilidade no desenvolvimento do setor cujas exigências são reais.

Dimensão educativa e social

Temos que nos aperceber que a evolução do desporto no nosso país está intrinsecamente ligada às mutações sociais, culturais e políticas dos novos tempos, sendo por isso um fator de identidade cultural, um promotor do desenvolvimento económico e um importante vector de formação das novas gerações. Daí que a realidade desportiva nos diga que o Governo deve assumir e integrar o desporto no conjunto das suas políticas, propondo modelos de intervenção a diferentes níveis, bem como a nível dos diferentes atores desportivos.

Essa visão integrada será, também, inclusiva do desenvolvimento desportivo, de modo a garantir igualdade de oportunidades, com base na inclusão social e espacial, de todos os bairros e respetivas comunidades. Nesse quadro, na perspectiva de reforçar e valorizar a Educação Física e o Desporto no projecto educativo dos estabelecimentos de ensino, cuidaremos do diálogo e compatibilização do desporto escolar (secundário e universitário) com o desporto federado, procurando potenciar e otimizar meios e espaços desportivos, desenvolvendo convergências.

Dimensão económica

Comporta a valorização de eventos desportivos, com o suporte do governo, dos municípios e das agremiações desportivas, bem assim com o envolvimento do setor privado; Ainda, prestaremos atenção à criação de condições

que permitam o surgimento do mercado do turismo desportivo nas vertentes (i) prática desportiva, (ii) espetáculo desportivo, (iii) e práticas sociais desportivas.

Financiamento do sistema desportivo

Será de grande impacto na dinâmica a definição: (i) dos critérios e dos objetivos do financiamento do sistema, desde o financiamento público, às condições de participação e quadros competitivos que diminuam os custos para os clubes e assim contribuam para a sustentabilidade desportiva e financeira, (ii) das regras de exploração comercial,

dos benefícios fiscais das agremiações desportivas e dos praticantes desportivos, adequados à especificidade do desporto e seus agentes. Nestes âmbito, o mecenato desportivo será objeto de forte intervenção, para alargar as possibilidades de financiamento do desporto em Cabo Verde.

Reforma do sistema desportivo

Nesse sentido, o Governo diligenciará a revisão da Lei das Bases do Desporto que, entre outras matérias, clarifique: (i) o seu papel regulador e dinamizador do sistema, (ii) as ações visando convergências (governo, autarquias, escolas, agremiações desportivas), (iii) medidas de modernização da

organização e gestão do sistema, (iv) medidas de aperfeiçoamento do apoio ao desporto, nomeadamente o seguro desportivo, o regime fiscal para os atletas, (v) medidas de aperfeiçoamento das relações entre as federações e associações.

5.6. Reforço da Coesão Social como bandeira de uma Governação Inclusiva

A luta contra a pobreza, a inclusão e a coesão sociais, constituíram desde sempre, as principais bandeiras que têm guiado toda a ação governativa do PAICV, com resultados extraordinários e impactos positivos na dignificação da pessoa humana e na melhoria das condições de vida das famílias cabo-verdianas.

Assim, o combate à pobreza é encarado como prioridade em todas as áreas da governação, já que

interage com todas dimensões da vida humana, designadamente, o acesso a rendimentos, à habitação, à educação, à saúde, à energia e à água, resumindo, a uma vida decente. Tal como o combate ao desemprego, a luta contra a pobreza será transversal a todas as medidas de políticas económicas e sociais, constituindo-se elemento central de coordenação da política governamental.

5.6.1. Mais Oportunidades

A construção de uma nação justa e solidária é um desiderato que sempre esteve na centralidade da política governamental do PAICV, já que coloca várias dimensões da vida humana, tais como o acesso a rendimentos, à habitação, à educação, à saúde, ao acesso a energia e água, e, em suma, a uma vida decente. Assim, tal como o crescimento e o desenvolvimento económico, a luta contra a pobreza e o reforço da coesão social interpelam-nos para uma ação concertada e envolvimento efetivo de todos, num partenariado entre o setor público central e local, o setor privado e a sociedade civil. Pese embora o quadro e as incertezas da conjuntura internacional, a pobreza baixou para 26,6%, em 2007, e 21%, em 2010, contra 36,7%, em 2002, o que

significa uma grande diminuição da desigualdade, como atesta o Índice de Desenvolvimento Humano do SNU e outros indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio em vias de cumprimento integral.

O nosso foco na economia traduz uma determinação forte em assegurar as bases materiais que suportarão e darão sentido real aos valores e às políticas essenciais do Estado Social moderno e necessário, garantindo, através do crescimento e da competitividade, melhores condições para a sustentabilidade das políticas de emprego, da coesão e da proteção social.

Assim, trabalharemos:

- Na dinamização da economia social enquanto resposta da sociedade civil organizada às necessidades básicas através da prestação de bens e serviços;
- Para garantir o alinhamento entre produtividade no trabalho e o poder de compra dos trabalhadores;
- Na conjugação de medidas visando o aumento da flexibilidade do mercado de trabalho, uma maior empregabilidade, a modernização da legislação laboral e uma concertação social comprometida com o crescimento e o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.
- Acelerar a implementação de medidas que visam a inclusão de pessoas com deficiências,
- Promover o conceito de escola inclusiva, com vista a garantir que os alunos portadores de todo tipo de deficiências tenham acesso a aprendizagem e desenvolvimento educacional e pessoal, através de:
 - Colocação e fiscalização de acessibilidades físicas em todas as escolas do país;
 - Promover a capacitação dos professores para dar respostas aos alunos com necessidade especiais no ensino básico e criação de turmas mistas;
- Promover a inclusão socio laboral, incentivando a contratação de pessoas socialmente excluídas, nomeadamente através da instituição de prémios, de subsídios e a de benefícios fiscais às empresas que contratem pessoas que estejam nessa condição;

- Promover a democratização do acesso aos produtos culturais mais custosos, designadamente, o teatro, o cinema, entre outros.

5.6.2. Potenciar a Economia Social – Ganhar Novos Mundos

A economia social está intimamente ligada à necessidade imperiosa de prestar atenção à democracia participativa, dado o alargamento da capacidade crítica do cidadão, o aumento das suas expectativas e ainda, ao seu potencial para a resolução de problemas ligados às novas primeiras necessidades, para além de ser um elemento fundamental da nossa economia, a criação de emprego, mas também no setor produtivo, através do cooperativismo, ou ainda, no que respeita aos sistemas privados de proteção social nos planos mutualistas. Há que se proporcionar espaços, voz e vez de participação às comunidades dos bairros urbanos e dos povoados rurais, via privilegiada de alargamento e aprofundamento da democracia e de exercício da cidadania, pelo que a economia social não é mais do que resposta da sociedade civil organizada a necessidades básicas através da prestação de bens e serviços, pela via da utilização social dos resultados de poupanças realizadas.

Neste quadro, iremos assegurar que o Novo Banco cumpre os objetivos para os quais foi criado: servir de banqueiro dos excluídos do sistema bancário

tradicional e ser o banco privilegiado das instituições parabancárias de microcrédito.

A economia social tem raízes profundas na sociedade cabo-verdiana e é constituída de instituições que pelas suas características se distinguem do setor público e do setor privado e tem demonstrado ser uma via privilegiada para dar enfoque à inclusão dos mais vulneráveis, pelo que será promovido um levantamento exaustivo das organizações que se movem no setor. Iremos criar um quadro institucional para proteger e facilitar o trabalho das organizações sociais, tais como cooperativas e associações da sociedade civil. Além disso, pretendemos trabalhar com estas organizações para atualizar a sua capacidade através de programas de formação. Procuraremos envolver estas organizações e sempre que possível colaborar com elas na implementação dos programas de governo sobretudo aqueles que permitem promover ações coletivas, facilitar meios de vida e melhorar a capacidade da população mais vulnerável a participar ativamente na economia.

5.6.3. Desenvolvimento Inclusivo

A preocupação com as pessoas menos favorecidas e mais vulneráveis e a necessidade de assegurar a inclusão no processo de desenvolvimento sempre estiveram no centro da definição de políticas dos governos do PAICV.

O PAICV sempre trabalhou para promover a dignidade das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos desde a protagonização da luta para a Independência Nacional, colocando ênfase na construção de um “estado inclusivo” onde as políticas são concebidas para atender às necessidades de todos os cidadãos e para a criação de oportunidades iguais para todos.

As políticas públicas dos governos do PAICV foram sempre concebidas para promover a igualdade de oportunidades para os indivíduos, a igualdade entre todos os grupos que constituem a sociedade e a integração social para beneficiar toda a sociedade. É por isso que o PAICV promoveu a democratização do ensino, proporcionou acesso aos cuidados de saúde e habitação, bem como oportunidades económicas para todos. É por isso que o PAICV expandiu programas de pensões e de segu-

rança social, proporcionando subsídios de pensões para os idosos.

Aos jovens e mulheres tem sido dado igual oportunidade de participar em todos os aspectos da vida, incluindo a governação e liderança nacional. Sob os governos do PAICV, Cabo Verde tem sido um exemplo para o mundo no número de jovens e mulheres em cargos governamentais. Para a maioria dos últimos três governos formados pelo PAICV, houve paridade entre homens e mulheres no Governo.

O PAICV na IX Legislatura terá como objetivo desenvolver as suas realizações na promoção da equidade e prover proteção social para os mais vulneráveis, pobres e idosos. Vamos olhar para novas formas de proteger e proporcionar a igualdade de oportunidade às pessoas portadores de deficiências.

O acesso a edifícios e serviços do governo será adaptado para o efeito. Formularemos reformas e programas de educação para lutar contra a discriminação e para garantir que o fisicamente deficiente tem as mesmas oportunidades.

Continuaremos a operacionalização das políticas públicas que privilegiam a promoção da igual-

dade e equidade de género, da não discriminação das pessoas com deficiências físicas ou com convicções, políticas, religiosas e sexuais diferentes. Devemos sim aproveitar a nossa génese crioula, profundamente inscrita na diversidade e na inter-

culturalidade, e explorar a riqueza das manifestações culturais que florescem na sociedade cabo-verdiana e são, cada vez mais, o “ex-libris” de Cabo Verde.

5.6.4. Habitar com Dignidade

Todas as pessoas têm direito a um nível de vida e a uma habitação condignas - está consagrado na Constituição da República de Cabo Verde que, conforme o estatuído no número 2, do art.º 72º, obriga os poderes públicos a “promover a criação de condições económicas, jurídicas, institucionais e infraestruturais adequadas”, para garantir a “todos os cidadãos o direito a habitação condigna”.

Ciente de que o acesso a uma habitação condigna é essencial também para se alcançar um nível de vida condigno e conseqüente realização da vida humana, o Governo do PAICV instituiu o ano de 2009 como “o Ano da Habitação”. Proclamou-se, assim, a política social de habitação como uma das prioridades da política pública e, a partir de então, tem-se adotado uma série de medidas e estratégias de promoção da habitação em todo o país, em que o resultado mais visível é o ambicioso e revolucionário Programa “Casa para Todos”.

Orientada para a concretização progressiva do direito à habitação e para o combate ao défice habitacional, qualitativa e quantitativamente, o “Casa

para Todos” define a visão, a missão, os eixos estratégicos, as metas e um conjunto de programas e projetos que deverão resultar no cumprimento da obrigação constitucional de garantir uma habitação condigna aos cidadãos.

O “Casa para Todos” marca, assim, um salto qualitativo na promoção do direito a uma habitação condigna, conjugando o direito a uma habitação adequada com outros direitos, designadamente o direito à não-discriminação, o direito a viver em segurança e com disponibilidade de serviços, equipamentos, infraestruturas e o direito a uma habitação economicamente acessível, sendo financeiramente compatível com o nível de rendimento das pessoas, incluindo de grupos mais desfavorecidos e que apresentam necessidades especiais.

O sucesso das políticas adotadas desde 2009 motiva-nos a prosseguir a caminhada rumo à realização progressiva do direito à habitação condigna, agora com Novos Horizontes e mais certezas.

Nesta linha, o PAICV reforça o compromisso de trabalhar e criar condições para:

- i) Alargar o acesso a habitação própria permanente;
- ii) Melhorar as condições de habitabilidade de pessoas que vivem em habitações inadequadas, sem acesso à água, ao saneamento, à electricidade e à segurança de ocupação.

Para isso, o PAICV propõe-se a:

- Mobilizar parcerias nacionais e internacionais, para continuar e ampliar os programas de construção e de reabilitação de habitações de interesse social;
- Adotar medidas de proteção especial para melhorar o acesso de pessoas com incapacidades, os mais idosos e os que vivem em situações de extrema pobreza, à habitação condigna;
- Reforçar os mecanismos que favorecem a intervenção de operadores privados no mercado imobiliário, por forma a estimular o desenvolvimento de um mercado mais dinâmico e um ambiente habitacional seguro, com rendas mais acessíveis e justas;
- Criar melhores condições de acesso ao crédito para a habitação própria e permanente;
- Envolver e incentivar os municípios na criação de programas locais estruturantes de promoção de habitação de interesse social, para aumentar as respostas às necessidades habitacionais, particularmente de jovens e extratos populacionais economicamente desfavorecidos;
- Empoderar as ONG’s que intervêm no domínio da habitação, por forma a reforçar as suas competências, nomeadamente no que tange o uso de tecnologias e materiais “amigos” do ambiente;
- Tomar medidas que proibam a prática de desalojamentos forçados de pessoas vulneráveis;

- Criar condições para o início de funcionamento do Fundo de Habitação de Interesse Social, para que se cumpra o objetivo de “implementar políticas habitacionais direcionadas aos agregados familiares em situação económica desfavorecida e/ou a populações com necessidades concretas de apoio”, como os jovens e/ou as mulheres chefes de família.

5.6.5. Mulher Cabo-Verdiana: Guardiã de Sonhos e do Porvir

Nunca será demais reconhecer a grandeza do papel das nossas mulheres na estruturação da sociedade cabo-verdiana e na construção do país. A mulher cabo-verdiana tem sido, desde a primeira hora, a grande portadora de esperança e o garante dos valores e alicerces sobre os quais se edifica a nossa nação.

Da luta pela independência à participação democrática, do campo à cidade, da luta pela igualdade e equidade de género à emancipação da mulher, da maternidade à função executiva, da cultura à aviação, em suma, nas mais variadas funções sociais, a mulher cabo-verdiana tem aportado um extraordinário contributo na odisseia nacional.

Nos últimos tempos, Cabo Verde vem posicionando-se como uma referência em termos de proteção da mulher, mas fundamentalmente, o país tem sido um espaço de emancipação da mulher, ao ponto de se ter tornado o segundo país do mundo a ter um governo paritário.

Não obstante a assunção de maior responsabilidade na sociedade, na economia e na política, esta não deixou de realizar e bem o seu papel decisivo enquanto chefe de família, educadora e trabalhadora incansável na garantia do papel central da Família, núcleo estruturante da sociedade cabo-verdiana.

Assim, o governo do PAICV promoverá:

- O aumento da participação das mulheres na vida pública do país, em todas as suas dimensões, com particular atenção para as esferas de decisão,
- O reforço do apoio social e da promoção socioprofissional para as mulheres chefes de família, mães solteiras e mães adolescentes,
- A aprovação da lei de paridade de género,
- A criação de condições para a instalação em todo o território nacional e em todos os concelhos, de casas de abrigo o temporário para mulheres vítimas de VBG,
- O alargamento de apoios socioeducativos à infância, designadamente, apoios para a criação e instalações de creches, infantários e centros de atividades de tempos livres, para libertar as mães para outras funções,
- O alargamento dos gabinetes de atendimento especializado às vítimas do VBG, para todos os concelhos do país, acompanhado do reforço de competências e capacidades humanas dos gabinetes,
- A melhoria das condições para a prática desportiva no feminino,
- O incremento do empreendedorismo feminino
- A aceleração dos instrumentos de promoção da igualdade e equidade de género nacionais.
- O reforço institucional para a integração da abordagem género nas políticas públicas de desenvolvimento conducentes à eliminação das disparidades entre homens e mulheres.

5.7. Cabo Verde: Nação Global

Num mundo cada vez mais globalizado, marcado pela intensificação das relações de interdependência e oferecendo importantes oportunidades de afirmação pela via da competitividade, inovação e desenvolvimento do conhecimento, Cabo Verde é, pelo seu posicionamento geoestratégico e pelo seu percurso histórico e cultural aliado a uma importante diáspora espalhada pelo mundo, uma nação aberta ao exterior e cada vez melhor integrada. Somos, de facto, uma nação global com ambição de futuro.

Os cabo-verdianos assumem hoje e, cada vez mais, uma visão colectiva e um sentido de pertença nacional e global, independentemente de estarem no país ou na diáspora. Essa assunção concretiza-se tanto na participação efetiva nas decisões relevantes da vida da nação, quanto na contribuição e

esforços para o desenvolvimento do país.

O contributo da diáspora cabo-verdiana ultrapassa, em larga medida, o mero envio das remessas de emigrantes, importante fonte de poupança e financiamento da economia real, para atingir dimensões e potencialidades de aproveitamento do seu know-how para a alavancagem de importantes investimentos no “torrão natal”.

A crescente afirmação de Cabo Verde no plano internacional resulta de um esforço interno de credibilização do país e de acertados mecanismos de articulação entre a política interna e externa, promovido e defendido em todos os momentos e posicionamento do país.

Assim, promoveremos:

- A contínua afirmação de Cabo Verde no contexto das nações, através de uma Diplomacia actuante e dinâmica;
- Incentivos especiais para os investidores da Diáspora;
- A mobilização de recursos públicos e privados adequados às exigências do desenvolvimento nacional;
- O desenvolvimento de parcerias e acordos visando a melhor integração das nossas comunidades emigradas nos países de acolhimento;
- O reforço da participação de Cabo Verde em instâncias de cooperação internacional, visando a defesa, a segurança e a integridade territorial;
- O aproveitamento das capacidades técnicas dos cabo-verdianos na diáspora;
- Diálogos permanentes a nível das instâncias de concertação do continente africano como forma de reforçar a nossa plena integração;
- Proteção e afirmação das comunidades cabo-verdianas no mundo.

5.8. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Cabo Verde, dada a sua condição arquipelágica, é um país ecologicamente frágil e de poucos recursos naturais que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades industriais.

Os fenómenos extremos associados ao clima, particularmente as secas, a desertificação e as chuvas tor-

renciais, bem como o fato do país ser de origem vulcânica e dominado por ecossistemas de montanha, reforçam ainda mais a vulnerabilidade. Os períodos cíclicos de secas alternados com cheias têm sido as principais causas de perdas económicas, degradação ambiental e problemas socioeconómicos.

5.8.1. Pequenos Estados Insulares Versus Mudanças Climáticas

A satisfação das necessidades básicas do homem exige orientações estratégicas de aproveitamento e exploração sustentável dos recursos naturais a favor do desenvolvimento das atividades económicas.

Neste contexto, promoveremos:

- Medidas de conservação dos recursos naturais numa perspetiva de otimização e aproveitamento das mais-valias económicas daí advenientes;
- Reforma institucional para melhorar a capacidade de resposta tanto para a conservação como para a melhor avaliação ambiental das propostas de investimento;
- A capacitação dos nossos experts de modo a poderem influenciar de forma positiva e em função dos interesses dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento;
- Liderar processos no âmbito dos pequenos estados insulares, nas áreas da investigação marinha e oceanográfica em parceria com os mais importantes centros mundiais de pesquisa setorial;
- A criação no país de um Centro de Referência em Investigação Oceanográfica do Atlântico (CRIOA), em parceria com as principais universidades de países como Alemanha, Portugal, Brasil, Senegal, Gâmbia entre outros para a prestação de serviços à navegação marítima e aeronáutica que circulam no e pelo Espaço Territorial Nacional;
- A criação de uma Comissão Nacional de Mobilização de Recursos Financeiros no domínio do Ambiente.

5.8.2. Assegurar o acesso à Água e ao Saneamento

O Setor da Água e do Saneamento merecerá uma atenção reforçada nos próximos anos. É nosso entendimento que a gestão da água será sempre numa perspetiva de promoção empresarial,

de modo a se rentabilizar esse precioso recurso e de se promover a criação de emprego, particularmente dos jovens.

Assim, promoveremos:

- A redução das perdas técnicas e comerciais para os valores mínimos possíveis e garantir o acesso à água durante vinte e quatro horas na rede pública em todos os principais centros populacionais do país;
- A introdução das energias renováveis nos principais pontos de produção de água para reduzir significativamente o preço da água para as famílias e para as empresas;
- Uma gestão privada dos pontos de água para reforçar a produtividade agro-pecuária e industrial;
- A institucionalização de um Laboratório de Referência capaz de certificar a produção de água bem como o controlo da qualidade nos principais pontos de distribuição deste precioso líquido;
- O aproveitamento máximo dos recursos hídricos nas suas diversas dimensões a saber: água de escorrência superficial; águas subterrâneas; água dessalinizada; e água residual tratada;
- A estruturação de redes de coleta e as respectivas Estações de Tratamento de Águas Residuais em todos os principais centros urbanos do país, salvaguardando as respectivas dimensões e adequando a cada caso a melhor solução técnica para o efeito;
- Uma gestão empresarial dos principais pontos de armazenamento de água de modo a assegurar os mecanismos de desassoreamento temporário requerido e criação de um programa de rentabilização do material inerte

resultante do processo de desassoreamento, promovendo no cluster do agronegócio o surgimento de pequenas e médias empresas que se dediquem à remoção e tratamento do material e o seu respetivo encaminhamento para o setor agrícola e para a construção civil;

- Uma gestão cuidada no setor dos resíduos, devidamente regulada técnica e economicamente por uma entidade de cariz independente que assegure o cumprimento do quadro normativo técnico e legal estabelecido;
- A introdução da recolha seletiva e/ou promover a separação dos resíduos à entrada das estações de tratamento de modo a poder aproveitar e reintroduzir no circuito económico o máximo de material descartado;
- O surgimento de empresas privadas de reciclagem em média escala para se aproveitar e reintroduzir no circuito económico materiais como o plástico, o vidro e o papel;
- Uma abordagem nacional à problemática da apanha de areia visando a eliminação dessa prática do território nacional;
- Um processo de recuperação das praias, enquanto espaços privilegiado para a sobrevivência de espécies da biodiversidade marinha;
- A criação de novas zonas de desenvolvimento turístico nas proximidades dessas áreas recuperáveis de modo a assegurar a irreversibilidade dos processos de recuperação das mesmas;
- A criação de condições para a dragagem da areia em alto mar, e a importação de areia a partir da costa ocidental africana.

5.8.3. Promover o Consumo Sustentável

O próximo Governo do PAICV promoverá a adesão de Cabo Verde à iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) para a promoção do consumo sustentável ao nível interno.

Para tal, promoveremos:

- A criação de um Programa Nacional de Consumo Sustentável envolvendo as autarquias locais, as associações comunitárias de desenvolvimento e a Associação de Defesa do Consumidor (ADECO);
- Campanhas de sensibilização das famílias cabo-verdianas no sentido da racionalização das aquisições de bens e serviços em função das suas necessidades;
- A criação de um órgão nacional de seguimento e avaliação bianual do programa onde terão assento os principais atores nacionais relacionados com a temática e, constituir-se-á como o espaço de articulação privilegiado para a prossecução da iniciativa.

5.8.4. Plantar o Futuro

Identificaremos um dia em que, tal como aconteceu no pós-independência, os cabo-verdianos estarão todos nas encostas, vales e achadas de todo o país a plantar árvores.

Para tal, promoveremos um Programa Nacional de Florestação – PLANTAR O FUTURO, com as seguintes ações:

- A recuperação e/ou construção de viveiros de dimensão municipal em todos os concelhos do país;
- Reforçaremos a pesquisa e identificação das espécies que melhor se adaptam às condições agro-ecológicas dos diferentes estratos climáticos do país;
- A produção e fixação de plantas cujas sementes forem selecionadas e indicadas pelos centros de pesquisa.

5.8.5. Alargar as Áreas Protegidas

A nossa rede de áreas protegidas deverá ser estendida de tal forma que possamos atingir as metas estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica.

Neste particular, promoveremos:

- Estudos para a identificação de áreas cuja presença de recursos biológicos justifiquem a conservação;
- O alcance da meta de 50% do território terrestre e 25% do mar territorial nacionais protegidos;
- Campanhas de reintrodução de espécies endémicas e nativas associada a uma intensa ação de remoção de espécies invasoras;
- A criação de Reservas da Biosfera em todo o território nacional e a sua inclusão na Rede Mundial dos sítios classificados como tal pela UNESCO.

5.8.6. Ordenar o Território

A nova perspectiva do ordenamento do território passará por um modelo de planificação do território de modo a implementar as decisões preconizadas no âmbito dos instrumentos de planeamento.

A Política Nacional do Ordenamento do Território promoverá:

- A definição de um quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas ilhas;
- A garantia da integração territorial do País, mitigando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades a todas as ilhas;
- A tradução territorial das opções estratégicas de desenvolvimento económico e social.

6. CABO VERDE



**NA CONTINUAÇÃO DE
UM PERCURSO GANHADOR**

Esta plataforma eleitoral é o resultado de um amplo debate organizado pelo PAICV, onde participaram os diferentes sectores, sociedade civil e personalidades do mundo académico e empresarial, sobre os novos horizontes para Cabo Verde.

As contribuições dos participantes neste processo, no qual participou também a Diáspora, forneceram a base para um diagnóstico estratégico sobre o que está certo, onde subsistem carências e o que devemos fazer para acelerar a realização da nossa Visão 2030.

É um documento que foi beber na nossa realidade, sobre o que está a funcionar e as lições da experiência dos Cabo-verdianos desde a independência e não em teorias e perspetivas ideológicas. Como tal, esta plataforma eleitoral é o espelho da vontade do povo e o vínculo entre o PAICV e os Cabo-verdianos.

É a nosso compromisso do que será a governação do PAICV.

Esta plataforma é a agenda dos Cabo-verdianos, que iremos implementar fielmente. Como os Cabo-Verdianos sabem, PAICV, o nosso Partido, sempre foi o portador do futuro desta Nação, um Partido de compromisso, sempre ao lado de Cabo Verde e dos cabo-verdianos. Lutamos para a Independência Nacional para a conquista da dignidade de todos os cabo-verdianos. No pós-independência, o PAICV estabeleceu as bases para a construção de um Estado que se tornou um exemplo para o mundo. O PAICV preparou a nação para a democracia multipartidária e a liberalização económica. Nestes últimos anos construímos a fundação irreversível para a transformação socioeconómica. Construímos a infraestrutura institucional e física, criamos maiores oportunidades e aumentaram a capacidade produtiva das pessoas. O resultado é o aumento da renda e redução da pobreza extrema. Em suma, com os cabo-verdianos, colocamos Cabo Verde num outro nível; e, para utilizar uma analogia desportiva, somos agora jogadores na liga mundial e não apenas espectadores.

A nossa promessa para a IX Legislatura é construir, com as cabo-verdianos e com os cabo-verdianos, no país e na diáspora, novos Horizontes de Esperanças e de Certezas para que Cabo Verde continue a ganhar. Nós vamos construir sobre o que funcionou, mudar o que não funcionou e realizar reformas estruturais profundas para melhorar a nossa capacidade de criar o futuro desejado por todos. Nós vamos construir uma Nação inclusiva repleta de oportunidades para todos, aprofundando a qualidade da nossa democracia, implementando uma agenda sólida de crescimento, enquanto construindo uma sociedade inovadora e sustentável, um sector privado competitivo de nível mundial, uma administração pública eficiente e eficaz, uma justiça célere ao serviço do desenvolvimento e segurança para todos, melhorando a equidade e coesão social, e consolidando a nossa nação global.

Acreditamos que a nossa agenda irá nos levar para o futuro que a nossa nação deseja. O PAICV está preparado para, sem perda de tempo, fazer as mudanças que a nossa nação precisa. Neste mundo em rápida mutação e altamente competitivo, o tempo é de implementar, com celeridade e oportunidade, ações para acelerar processo de desenvolvimento e garantir que todos os Cabo-verdianos têm a oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida.

O PAICV é o Partido de CABO VERDE, SEMPRE.



**CABO VERDE,
SEMPRE**